

Ata Circunstanciada da 106ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 106ª
(CENTÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER AS UNIDADES ESCOLARES
DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, DENOMINADAS
COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES DO DISTRITO FEDERAL,
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H10MIN

TÉRMINO ÀS 18H39MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Está aberta a sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu mesmo vou secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 41ª Sessão Extraordinária;

– Ata Sucinta da 42ª Sessão Extraordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.742/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 28 de novembro de 2024, fica transformada em comissão geral para debater as unidades escolares da rede pública de ensino no Distrito Federal denominadas colégios cívico-militares do Distrito Federal.

Convido as senhoras e os senhores parlamentares, bem como todos e todas que o desejarem para participar do debate em plenário.

Declaro suspensa a presente comissão geral.

(Suspensa às 15h17min, a comissão geral é reaberta às 15h39min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Está reaberta a comissão geral.

Reiniciamos os trabalhos desta comissão geral para debatermos a militarização das escolas públicas do Distrito Federal.

Mais uma vez, quero dar boas-vindas a todas as pessoas presentes.

Convido para compor a mesa a professora Vilmaria Carmo, do CED 1 da Estrutural; a secretária de finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE, professora Rosilene Corrêa Lima; a representante do Sindicato dos Professores no Distrito Federal, Sinpro, Márcia Gilda; o diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas do DF, Hugo Leopoldo; e a professora da Secretaria de Estado de Educação, Joana Darc do Carmo Alves Cruz. (Palmas.)

Nós convidamos, por óbvio, a Secretaria de Estado de Educação, que não mandou representantes.

Convidamos também o doutor Anderson, promotor de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que não pôde comparecer em razão de outra atividade fora da cidade, mas se colocou à disposição da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta casa, das entidades presentes e das escolas. Quero de pronto elogiar o belíssimo trabalho que a Proeduc tem feito em várias áreas para a garantia do direito à educação e, no caso específico da militarização das escolas, com importantes recomendações, com estudos organizados, com apontamentos muito sensatos sobre a eficácia ou, nesse caso, ineficácia desse modelo.

Nós convidamos e não puderam comparecer – recebemos justificativas pela ausência no mesmo sentido, pois não se encontram na cidade em razão de outras atividades – as professoras do Observatório de Educação Básica da Universidade de Brasília, a UnB, que realizam pesquisas sobre esse processo – a professora Edileuza e a professora Catarina, que lamentaram a ausência. Elas também se colocam à inteira disposição desse debate – têm nos subsidiado com informações e com estudos – bem como colocam o Observatório de Educação Básica da Universidade de Brasília à disposição para darmos continuidade ao debate desse tema. O observatório têm, de fato, produzido uma série de estudos importantes na universidade.

Os representantes do Ministério da Educação também estão com outras atividades e, infelizmente, não puderam comparecer à comissão geral, mas, da mesma maneira, se colocaram à disposição. Justifico essas ausências.

Anuncio a presença do colega, amigo e parceiro de várias lutas, deputado Max Maciel. Obrigado, deputado Max Maciel, pela presença. (Palmas.)

O deputado Max Maciel também tem feito um importante debate nesta casa sobre as escolas. Neste caso, vamos apresentar parte de estudos que o deputado Max Maciel tem pedido à Consultoria Legislativa desta casa.

Antes de iniciar a reunião, quero combinar 2 coisas. Montamos uma mesa com a associação das entidades, das escolas e dos estudantes. No processo de mobilização, conversa e diálogo, alguns estudantes presentes falaram que gostariam de usar a palavra. Então, vamos garantir a fala para vocês. Se alguém se sentir à vontade para compor a mesa, manifeste-se que nós o colocaremos aqui sem o menor problema. No entanto, alguns disseram que preferem fazer a fala sem estar sentados à mesa. Vamos ouvir primeiro as considerações iniciais da mesa e combinar com vocês as intervenções. A ideia é sair com alguns encaminhamentos daqui hoje.

Antes de começar, quero lamentar e repudiar profundamente a fala da secretária de Educação do Distrito Federal, em um evento recente – creio que ontem –, sobre essa atividade e esse processo.

Se vocês me permitem, vou reproduzir a fala da secretária para quem não a ouviu.

(Apresentação de áudio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Em primeiro lugar, quero dizer que a secretária não se dignou a comparecer a esta reunião. Isso demonstra da secretária de Educação do Distrito Federal pouco ou nenhum apreço à democracia e a este parlamento. Ela está completamente perdida no tempo, pois, se o debate é de ontem, ela menciona que ocorreu anteontem.

Secretária, está acontecendo agora e a senhora não se dignou a responder a esta casa, a comparecer ou enviar representação para este debate. Ela fala que um tal deputado... Secretária, o deputado está aqui, pode citar, é professor da rede pública, é presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa.

Então, eu repudio, é uma fala preconceituosa, uma fala de quem não gosta de escola. Eu nunca vi a secretária de Educação em evento dentro de escola ou com professores e professoras, do jeito que ela se comporta, tão à vontade, com os trabalhadores da segurança pública – a estes eu ressalto aqui o meu total respeito. A secretária de Educação parece que não gosta de escola, porque nós não a vemos com estudantes, nós não a vemos com professores e professoras, deputado Max Maciel, com essa cortesia toda, tão à vontade. Aliás, não vemos a secretária e os membros do governo nesta cidade tem sido uma constância.

Dizer que as escolas públicas são espaços de formação de bandidos é inaceitável de qualquer pessoa, é inaceitável de uma secretária de Educação. Ela não tem condições de ser secretária de educação da capital da República. Alguém que diz que os professores e as professoras estão formando bandidos, como ela disse aqui, Rosilene, está falando que os professores não conseguem educar; e é por isso que precisa haver 60, 70, 100 escolas militarizadas, porque quem educa as crianças, na visão da secretária de educação, é a Polícia Militar.

É um desrespeito com essa categoria; é um desrespeito com os estudantes. É uma fala preconceituosa; é uma fala de quem odeia escola; de quem odeia democracia. Eu quero lamentar. É inacreditável que em 2024, na capital do país, alguém com esse tipo de comportamento esteja dirigindo – ou deveria supostamente dirigir – a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Quero, aliás, avisar à secretária que ela precisa cuidar mais da escola, porque, sob a gestão dela, os números na rede hoje são os piores da história do Distrito Federal. É o período em que há o maior número de professores em contratação temporária dentro das escolas, porque foi fruto dessa gestão a opção de não nomear servidores.

Nós – aqui está a professora Rosilene, da CNTE – podemos dizer que já nos orgulhamos muito de ter o maior salário de professores do Brasil. Lembro, quando entrei na rede, Rosi, em 2009, quando tomei posse, que fiz minha primeira greve no governo Arruda para o cumprimento do acordo. Nós escutávamos dos governos: "Para que vocês querem aumento se já têm o maior salário do Brasil?" E era essa disputa que faziam com a sociedade.

Essa gestão, pela qual a senhora Hélvia é responsável, é a que hoje entrega um resultado vergonhoso para esta cidade. Já não há mais, na capital do país, o maior ou o melhor salário dos professores.

Temos um plano de carreira importante, que ainda é, diga-se de passagem, de 2013. Esse plano foi fruto de mobilização, de muita luta dessa categoria, que, de fato, garante importantes avanços. Mas foi a gestão atual da secretária Hélvia que nos levou a não comemorar mais o maior salário, os rendimentos em várias avaliações e testes de desempenho. Embora eu não seja defensor do Ideb como parâmetro educacional — não sou, e não farei essa defesa —, é um parâmetro utilizado. Se o utilizarmos, também haverá um resultado muito aquém do esperado.

Portanto, a Secretaria de Educação deveria cuidar melhor das escolas. No ensino médio, as escolas estão sem sistema, não há diário, mas foi pago um contrato superfaturado, milionário, a uma empresa de São Paulo, que não entregou o sistema. Há problemas com a merenda, com o transporte escolar, com os uniformes e uma série de problemas no sistema.

Infelizmente, novamente inicio esta comissão geral e este debate dessa forma. Não gostaríamos de ter essa fala oficial da secretária de educação, mas, infelizmente, foi o que recebemos. Destaco aqui que quem não está à altura do cargo, ou não está preparada para exercê-lo, secretária, não são os professores, nem os estudantes que se opõem ao modelo de escolas militarizadas – vamos provar, hoje, com dados, com números, com ciência, a sua ineficiência –, não somos nós; é a gestão dessa Secretaria de Educação – eu já disse diversas vezes nesta tribuna e repito –, que é a pior gestão da Secretaria de Educação na história do Distrito Federal. Quem afirma isso são os professores, na sala de aula; são os estudantes, que, infelizmente, estão tendo seu direito à educação negado. Quem tem fechado turmas de educação inclusiva, quem tem fechado salas de recurso, quem não tem garantido o acesso à EJA nesta cidade é, infelizmente, a gestão da senhora Hélvia Paranaguá. Deixo aqui o nosso repúdio. (Palmas.)

Antes de passar a palavra, eu gostaria de fazer uma breve apresentação para que possamos ver alguns números. Esse é um estudo da Secretaria de Segurança Pública. Trata-se da segunda pesquisa de situação escolar da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, publicada em dezembro de 2022.

(Mostra projeção.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – É curioso, já começo logo dizendo, como a Secretaria de Educação tem se desresponsabilizado em relação aos processos nas escolas. Inclusive, quem apresenta estudos e dados hoje é a Secretaria de Segurança Pública, não a Secretaria de Educação. Esta não tem – ou pelo menos não responde a eles – os requerimentos e ofícios desta comissão e do nosso mandato sobre os dados que justificam a manutenção e ampliação desse modelo.

Talvez vocês possam identificar por meio das barras dos gráficos a mudança de 2019 para 2022. Um dos argumentos que justificam a adoção das escolas militarizadas, segundo o art. 1º, da Portaria Conjunta nº 22/2020, da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Segurança Pública "é proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar".

Márcia, eles fizeram a seguinte pergunta para os estudantes, para os professores e para os próprios militares: "A gestão compartilhada tornou a escola um lugar melhor ou um lugar pior para estudar?"

Em 2019, 50% dos estudantes disseram que a gestão compartilhada tornou a escola um lugar melhor e 17% dos estudantes disseram que a gestão compartilhada tornou a escola pior. Em 2022, esses números mudaram: 44% sustentam que a gestão tornou a escola um lugar melhor, indicando uma diminuição na percepção positiva dos estudantes sobre o ambiente escolar; e que a escola se tornou um lugar pior, com barrinha vermelha, saiu de 17% para 25,5%. Então, a percepção dos estudantes nesses 3 anos é de que não melhorou o ambiente da escolar como espaço adequado para estudar. Essa é uma pesquisa da Secretaria de Segurança Pública.

Entre os professores, a percepção de que a escola se tornou um lugar pior aumentou de 13%, em 2019, para 19%, em 2022. Já entre os militares, a percepção positiva caiu drasticamente: em 2019, 97% afirmavam que a escola era um lugar melhor, já em 2022, deputado Max Maciel, esse número caiu para 66%. Um terço dos militares afirma que a escola não se tornou um lugar melhor. A percepção negativa entre os militares aumentou de 2%, em 2019, para 33% em 2022. Isso me chamou muito a atenção. Os próprios militares não parecem....

O próximo *slide* aborda a sensação de segurança nas imediações e dentro das escolas. Entre os estudantes, a percepção de insegurança nas imediações aumentou de 10%, em 2019, para 21,7% em 2022. Em 3 anos dobrou o número de estudantes que passaram a ter uma percepção de que, nas imediações das escolas militarizadas, o ambiente ficou mais inseguro do que antes.

Entre os professores, essa percepção aumentou de 13%, em 2019, para 24,59% em 2022. Dentro da escola, a sensação de insegurança entre os estudantes aumentou de 6,83% em 2019 para 14% em 2022. Segue a mesma lógica, mais do que o dobrou a sensação de insegurança dentro da escola. Isso é comprovado por várias denúncias que acompanhamos ao longo desses anos.

No CED 1 da Estrutural, por exemplo, há denúncias de que os militares tinham processos contra os estudantes e em várias outras escolas por impedir que as meninas, por exemplo, mantivessem os cabelos soltos. Havia uma sensação de perseguição que afetava, inclusive, o próprio trabalho escolar. Vimos o caso do CED 1 da Estrutural, que se tornou público. A mídia noticiou que um trabalho apresentado por estudantes sobre a Semana da Consciência Negra sofreu censura e intervenção. Em outras unidades também observamos isso.

Entre os professores, há a mesma tendência de sensação de insegurança. A continuidade do programa entre os estudantes de 2019 a 2022 mostra que os estudantes que dizem "não" aumentou de 36% para 43%.

Há vários outros dados, mas não vou apresentar todos, obviamente, por causa do nosso tempo. Eu gostaria de destacar esses iniciais. A maioria desses dados, provenientes do estudo e da pesquisa da própria Secretaria de Segurança Pública, aponta essa tendência.

Quando a secretária diz que a sociedade está querendo, é preciso entender esta frase: "a sociedade está querendo". De fato – nós não estamos negando o debate –, é preciso cuidar da escola e torná-la um ambiente mais seguro. Isso ninguém questiona. O que questionamos é, primeiramente, quais são os motivos que levam a essa insegurança e quais são, de fato, os mecanismos, as ações e as políticas públicas que podemos adotar, como sociedade e Estado, para tornar esse ambiente seguro e implementar políticas públicas mais eficientes.

Quero terminar com os números do desempenho escolar, pois eles também defendem que o desempenho pedagógico das escolas cívico-militares é melhor do que o das demais escolas. Esse argumento não se sustenta. Eu vou usar o dado e o parâmetro mais recentes com base em todas as ressalvas que temos sobre o Ideb.

Pode retirar a apresentação, pois não vou continuar, já que aqui está toda a pesquisa da Segurança Pública. Vou apenas lê-la para vocês.

Eles dizem que as escolas militarizadas têm os melhores resultados no Ideb. Isso não é verdade. O Ideb de 2023 mostra que as escolas do Distrito Federal que têm os melhores índices em Brasília não são as escolas militarizadas, mas, sim, os colégios militares, que possuem outra dinâmica, porque não fazem parte da rede pública de ensino e têm características distintas. Embora recebam financiamento público e sejam consideradas escolas públicas, elas exigem prova de seleção para ingresso dos alunos e possuem vários critérios diferenciados, além de outras fontes de financiamento. Portanto, estou considerando uma série de outros elementos. Essas são as 3 primeiras escolas no Ideb. A quarta escola, que considero a primeira da rede de educação, é o CEF 3 do Gama, do ensino fundamental e séries finais. Depois vem o Caseb e, em seguida, o CEF Sargento Lima. Em quarto lugar, ou, neste caso, em sétimo, temos uma escola militarizada, o CEF 1 do Núcleo Bandeirante.

Portanto, não se sustenta a tese de que as escolas militarizadas têm os melhores desempenhos acadêmicos ou os melhores resultados nos testes de avaliação. Além disso, temos 10 escolas seguidas para poder aparecer novamente 1 segunda escola militarizada. E, mais uma vez, com todas as ressalvas ao Ideb.

Pessoalmente, sou contra o *ranking* das escolas, pois acredito que ele não mede absolutamente nada. Não mede nada, nem revela se os estudantes são melhores ou piores, tampouco se os professores são melhores ou piores. O que deveria ser medido, de fato, é a capacidade de financiamento e as condições estruturais da escola. Muitas escolas públicas, por exemplo, não têm quadras cobertas, nem laboratórios, nem bibliotecas, nem uma série de outras coisas que são responsabilidade da Secretaria da Educação, que, aparentemente, se esqueceu dessa atribuição.

Para finalizar, o ensino médio segue o mesmo parâmetro. As 2 escolas que estão nos primeiros lugares são ocupadas por colégios militares, que estou excluindo pelos motivos que já mencionei. O terceiro lugar, que considero como o primeiro lugar, é o CEMI do Gama; em segundo, o Centro de Ensino Médio Integrado do Cruzeiro, o CEMI do Cruzeiro; o terceiro é o CED do Lago; e, em quarto, o CED do Gama.

Há um elemento fundamental que está presente em toda a vasta literatura acadêmica e nas pesquisas, e que vamos compartilhar posteriormente com os estudos do Observatório de Educação Básica da UnB, que ficou responsável pela discussão do tema, que mostra que o modelo mais eficiente para melhorar os índices de desempenho, para melhorar a relação dos estudantes com eles mesmos, com os professores, com a comunidade e com a família, é o modelo de educação integral. Esse modelo é eficaz, é o que tem suporte em dados científicos que comprovam que o esforço em termos de financiamento e organização deve se direcionar para esse modelo que, de fato, possui dados que sustentam sua manutenção e ampliação. Hoje, antes de vir para cá, estive pela manhã no CEF 20 de Ceilândia, que é uma escola integral e é absolutamente belíssima. Impressionante.

Olhem a lógica contraditória da Secretaria de Educação no que se refere à portaria de distribuição de turmas... É inacreditável tentarmos entender como a secretaria funciona ao regular o número de coordenadores pedagógicos, que são profissionais fundamentais para o bom funcionamento dessas escolas. No entanto, na portaria, as escolas com carga horária de 10 horas, como é o caso do CEF 20, perderam 1 coordenador. Isso é algo inacreditável. Enquanto isso, nas escolas cívico-militares, o modelo é a presença de 20 profissionais da segurança pública dentro das escolas.

Para finalizar, pergunto aos professores, aos estudantes e aos diretores das escolas: se a Secretaria de Educação apresentasse amanhã para toda a rede, para a gestão democrática, a possibilidade de nomeação e contratação de 20 profissionais para cada escola, quem vocês escolheriam? Quais são os profissionais que estão faltando nas escolas? Tenho plena certeza de que, na lista, apareceria a falta de professores, especialmente de arte, pois o GDF não cumpre a legislação; falta professor de educação física; faltam docentes de várias disciplinas; falta mais 1 supervisor pedagógico; falta mais 1 supervisor administrativo; falta mais 1 orientador educacional; falta psicólogo; falta assistente social; falta porteiro, que não há; falta mais gente na cantina; falta mais gente para ajudar na limpeza; falta um monte de gente na escola. Lá, por último, talvez alguém fosse lembrar: "Ah, falta 1 bombeiro" ou "Falta 1 policial militar". Aliás, falta também bombeiro e policial militar, porque a Secretaria de Segurança Pública do GDF desmontou o Batalhão de Policiamento Escolar, que deveria cuidar, inclusive, do processo de segurança.

Eles ainda estão lá, mas vejam estes dados: em 1989, quando esse batalhão foi criado, havia 914 policiais militares; em 2022 – é o último dado a que nós temos acesso –, 168 policiais. Obviamente, há muito mais escolas em 2022 do que havia em 1989. Os dados estão aqui.

Isso é querer transferir para a escola a responsabilidade da segurança. Na verdade, se formos falar em aspectos de responsabilidade, a responsabilidade é da Secretaria de Segurança Pública, que deseja fazer a gestão de escolas, mas este não é o caminho correto a ser seguido.

Eu gostaria de iniciar a minha fala um pouco com esses números e dados. Nós vamos sair daqui já combinando com vocês um primeiro encaminhamento para reforçar todos esses pedidos para a Secretaria, com esses requerimentos de informação sobre os números que sustentem essa política, porque, até agora, os números apresentados não são pertinentes para sustentar nem a manutenção dessa política pública, muito menos a sua ampliação.

Em vez de nomearem todos os servidores que estão esperando serem nomeados, poderia haver um aumento no PDAF para o conjunto da rede, poderia haver um aumento do próprio financiamento no orçamento destinado à educação.

Encerrando a minha fala, nós vamos votar o orçamento nesta casa provavelmente na semana que vem, Hugo. Eu tenho falado – o deputado Max Maciel também tem feito esse debate aqui – que é no orçamento que vemos, de fato, o que é prioridade. O orçamento não deixa mentiras. Nós veremos, mais uma vez, infelizmente, na proposta de orçamento do governo Ibaneis e Celina – e a secretária de Educação parece não defender a sua pasta, que é a educação e as escolas –, uma diminuição do orçamento da educação, uma diminuição do orçamento da escola.

Eles, inclusive, inventaram uma novidade, um Frankenstein jurídico, que não vai se sustentar, porque nós vamos para o Tribunal de Contas cobrar. Eles estão colocando pela primeira vez no orçamento da escola, para poder alcançar os 25% do mínimo constitucional, o passe livre estudantil, no valor de 300 milhões de reais. Então, para alcançar o percentual do mínimo constitucional, o governo inventou uma tese – ilegal, diga-se de passagem – de colocar o passe livre estudantil dentro do orçamento da educação.

Hoje, a lei diz – se eles quiserem, podem mudar a lei – que o orçamento do passe livre, bem como todas as gratuidades do sistema – está aqui o nosso presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade – fazem parte do sistema de transporte e mobilidade da Secretaria de Transporte e Mobilidade. Se tiramos os 300 milhões do passe livre e jogamos para onde ele deveria estar, que é no orçamento do transporte e da mobilidade urbana, ficamos devendo 140 milhões de reais, quando se compara com os 25%, que deveria ser o mínimo.

Esse é o orçamento que nós votaremos, provavelmente, na semana que vem. Adivinhem onde está o bolo? Em 2019, Rosi, o orçamento do DF para renúncia fiscal, o que chamamos de “bolsa-empresário”... Nós vimos o anúncio, ontem, do ministro Haddad de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e de taxa dos ricos, de quem ganha mais de 50 mil. E o mercado ficou meio nervoso. O mercado sempre fica nervoso quando é para beneficiar o andar de baixo. Mas, no bolsa-empresário, eles não podem mexer.

Em 2019, primeiro ano do governo Ibaneis, era de R\$1.800.000.000 a renúncia fiscal no DF. Este ano, nós vamos fechar o ano com 9 bilhões de reais, um aumento de mais de 400%, mais de 4 vezes. É ali que está sendo drenada boa parte do orçamento do Distrito Federal. É uma escolha política do Governo do Distrito Federal colocar mais dinheiro para ajudar interesses muito privados, muito pequenos, muito individuais enquanto vai desfinanciando a escola.

Com isso, nós começamos o nosso debate.

Eu não combinei com vocês – eu nunca combino – uma ordem de fala. Se alguém quiser falar primeiro, pode se pronunciar, senão eu vou escolher alguém, como o professor faz na escola, na sala de aula.

A Vilmara será a primeira a falar.

Deputado Max Maciel, assim que quiser fazer uso da palavra, fique à vontade para falar.

Há 5 pessoas na mesa. Podemos combinar 10 minutos para cada um? Eu vou pedir para a nossa turma colocar 7 minutos mais 3, porque, assim, a campanha tocará e nos ajudará na organização.

Passo a palavra à Vilmara Carmo.

VILMARA CARMO – Boa tarde a todas, a todes e a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa do deputado Gabriel Magno, que já foi meu companheiro sindicalista; a companheira Rosi; a companheira Márcia; a professora Joana, minha companheira de escola militarizada – estamos enfrentando essa batalha cotidianamente –; e o Hugo, estudante, representando a nossa querida comunidade escolar, o segmento estudantil.

Por incrível que pareça, eu não combinei a minha fala com o deputado Gabriel Magno, mas ela tem muito a ver com aquilo que ele apresentou aqui sobre os dados.

Hoje está havendo o interclasse lá na escola.

Primeiro, eu vou me apresentar. Sou a professora Vilmara. Desde 2001, sou professora de história da rede. Atualmente, eu dou aula no CED 1 da Estrutural, escola militarizada. Trabalho com o Novo Ensino Médio, tenho 16 turmas do Novo Ensino Médio e 2 turmas do 9º ano. Aqui estão presentes alguns alunos do 9º ano B, a turma da qual eu sou conselheira.

Hoje, fazendo esta fala aqui, estou substituindo a professora Thaísa, secretária de Mulheres da CUT, que também deu aula no CED 1 da Estrutural, vamos dizer assim, nos seus piores momentos, que

foram justamente no ano de 2022, no ano da eleição. Foi um período muito conturbado, quando foram produzidos vários vídeos. Se vocês digitarem, na internet, "CED 1 da Estrutural", vocês os verão. Inclusive – agora, estamos num período de remanejamento, quando vamos nos alocar nas escolas –, os professores digitam na busca da internet e falam: "Nossa, para essa escola eu não quero ir, porque é gás de pimenta, é briga, é policial batendo em menino, enfim, é confusão". É isso o que aparece na internet a respeito da nossa escola.

Hoje eu estava na turma de que eu sou conselheira, o 9º ano B, e conversei com eles. Eu falei: "Eu vou fazer uma fala, hoje, na mesa da Câmara Legislativa, sobre esse processo da militarização. Eu quero ouvi-las e ouvi-los. Quero entender o que vocês sentem, o que vocês acham, o que vocês pensam." Vieram falas de vários jeitos, inclusive concordando com a militarização.

Eu acho que uma coisa é muito importante, e o deputado Gabriel Magno também já colocou isso aqui. Nós não queremos negar os fatos, o que nós queremos, como educadores, é garantir que a educação aconteça, garantir que a aprendizagem aconteça.

Eles me disseram como era a escola. Eu também, quando era diretora do Sinpro, visitava aquela escola, visitava as escolas da Estrutural. Aquela escola tinha muito problema mesmo de disciplina, deputado Max Maciel, tinha muita questão de violência. Muitos professores pediam para sair da escola por conta de maus-tratos, de desrespeito, de uma situação muito complicada mesmo da escola. Havia briga entre os estudantes, venda de drogas nos banheiros. Foi isso que os alunos relataram. Havia uso de drogas, de todo tipo de droga, não só o cigarro, que é uma droga lícita, mas não permitida para menores. Havia desrespeito aos professores, desrespeito entre eles, mas, com a militarização, essa situação melhorou. Elas e eles estão falando isso hoje, em 2024. Se fôssemos conversar com esses mesmos estudantes em 2022, com certeza, não seria essa a visão, porque aquele ano realmente foi muito complicado naquela escola. Acho que depois a Marcinha vai falar mais, porque ela era a diretora que mais acompanhou de perto, enquanto dirigente do Sinpro.

Qual é o objetivo de um centro educacional, de um centro de ensino, de uma escola pública? É garantir que a aprendizagem aconteça. Como vai se garantir que a aprendizagem aconteça num ambiente de violência, num ambiente de desarmonia, num ambiente de insegurança? Eu fui a diretora do Sinpro que fez o debate contra a militarização quando ela foi implementada em 2019. Eu atuo na Estrutural desde o ano 2000, não só como professora, mas como ativista, trabalhando com a comunidade. Eu conversava com as mães, e elas falavam: "Vilmara, nós sabemos disso tudo; sabemos que a polícia invade a nossa casa; sabemos que a polícia tem um comportamento muito autoritário, que não nos respeita quando faz baculejo, quando faz inspeção, quando para nossos carros, quando para a nossa vida e não respeita a comunidade. Nós reconhecemos que a polícia não respeita a nossa comunidade, mas eu quero..." – na época, 2019, o que as famílias falavam era isso – "... que a minha filha e o meu filho venham para a escola e aqui, pelo menos, eles estejam seguros, porque sabemos que lá fora, na Estrutural, não há segurança."

Se qualquer uma, qualquer um de nós chegar agora e der uma volta na Estrutural, neste exato momento, 16 horas, vamos encontrar vários adolescentes, que geralmente são meninos – eu nunca vi uma menina –, meninos da idade dos meus alunos que estão encostados em muros. Se você se aproximar deles de carro ou sem estar de carro e perguntar se eles têm alguma droga para vender, eles vão vender droga para você. E não é escondido, não é atrás de uma árvore, não é dentro da casa deles, é nos muros das ruas da Estrutural.

A Estrutural é uma comunidade que já teve o maior índice de vulnerabilidade social. Eu não sei hoje, porque há uma competição muito ruim, ela compete com o Sol Nascente, mas ela já foi a região administrativa do Distrito Federal com o pior índice de vulnerabilidade social, os piores indicadores educacionais, os maiores indicadores de violência, de drogadição, de exploração sexual de criança e adolescente, de violência sexual dentro das famílias. A Estrutural é uma comunidade que sofre muito, que padece muito, que tem muitas necessidades de políticas públicas.

Eu entendo completamente essas famílias quando votaram "sim" para que a escola fosse militarizada. Eu, no lugar delas, também ia querer ter a proteção, ter, pelo menos, uma garantia: "Não, eu vou trazer minha filha para a escola e, quando chegar, daqui para dentro, não vai acontecer nada. Não vai haver uma pessoa fumando droga, oferecendo droga ou promovendo alguma violência." É óbvio isso. Mas aí vamos chegar nos porquês, Gabriel. Mas por que tanta violência dentro de uma escola?

Essa é uma escola muito grande, atualmente é a maior escola da regional do Guará. As escolas da Estrutural pertencem à Regional de Ensino do Guará. Então é a maior escola, é uma escola que tem 3 turnos. O CED 4 do Guará, que fica no Guará I, também tem 3 turnos. A escola da Estrutural tem 20

turmas de manhã, tem 20 turmas à tarde e são todas salas lotadas. Por quê? Porque a comunidade quer estudar perto de casa. Ninguém quer sair da Estrutural para ir ao Guará, para ir ao Cruzeiro, para ir à Taguatinga estudar. A família quer que os filhos estudem na comunidade. Então eles pegaram a única escola de ensino médio que havia na comunidade e a militarizaram, com esse argumento muito forte para as famílias de que ali haveria segurança.

E o que não temos? Hoje, não temos, realmente, problemas que tínhamos em 2022. As equipes foram trocadas várias vezes. Havia violência dos policiais com os estudantes, violência dos policiais com os professores, interferência no fazer pedagógico, professoras e professores que foram devolvidos. Havia o machismo no comportamento dos policiais, muitas vezes não punindo os meninos mas punindo as meninas. Qualquer coisinha com as meninas, já desciam para a DCA, enquanto, com os meninos, meio que passavam pano ali naquele comportamento. Percebemos que a violência não reduziu. Essa atitude truculenta da polícia aumentou o caldo de violência.

O uniforme era vendido. A primeira vez que a comunidade recebeu o uniforme gratuito, uniforme mesmo – CED 1, escola cívico-militar –, foi no ano passado, em setembro. Sabemos que setembro é terceiro bimestre. Então os alunos passaram o ano todinho, praticamente, sem uniforme, para recebê-los em setembro. Dizem os alunos que o uniforme é de péssima qualidade, é muito, muito ruim, com qualquer coisinha a calça já se rasga, a bermuda já se rasga. Eu já acudi aluno: “Põe o casaco, porque sua bermuda está rasgada bem no meio”.

As promessas que o governo fez para as escolas militarizadas, de que haveria mais recurso financeiro, não há. Não há uma biblioteca na nossa escola, há uma sala de leitura que não comporta uma turma com 29 alunos. Não comporta. Não há um acervo bom. Existe um acervo a partir de doação aleatória da comunidade que queira doar. Há uma sala de informática, um laboratório de informática com doações de computadores, mas não há um profissional para trabalhar lá. Então os alunos só conseguem acessar a sala se for acompanhado de um professor, e não há esse profissional para trabalhar com eles.

Na maior escola da Regional do Guará não há um auditório. Não há um auditório para realizar a formatura do terceiro ano – inclusive, ela será aqui nesta casa. Então, a comunidade tem de sair da escola, vir para cá para realizar uma colação de grau num espaço que comporte todos os alunos do terceiro ano.

O corpo docente não tem sala de coordenação. Não há uma sala de coordenação na maior escola da Regional do Guará. Não há internet. A internet que utilizamos é a do nosso bolso. Existe uma internet social que não funciona, os alunos também têm de usar os seus planos de dados se eles quiserem se conectar.

É aquilo que o deputado Gabriel Magno falou. É perfeito, é isso. Queremos, sim, uma melhoria no sistema de ensino da nossa escola. Mas precisamos de mais professor de dança, de teatro, de música – música-instrumentação e musicalização –, ginástica, esportes de equipe, esportes individuais. Tudo isso nós queremos.

Na época do sindicato, até fizemos uma proposta para o Ibaneis. Dissemos a ele: “Em vez de nos ofertar 12 policiais – acredito que seja o efetivo existente lá, 6 de manhã e 6 à tarde –, ofereçam 12 profissionais de educação, professoras e professores, psicólogas, porque há um adoecimento enorme entre nossos jovens.

Já fui ao sistema de saúde da Estrutural; há apenas 1 psicólogo para atender toda a Cidade Estrutural. Querida, estamos brincando com o povo! Isso é uma brincadeira, um desrespeito muito grande! As funcionárias do posto disseram que é melhor procurar o sistema de psicólogos da rede, da Secretaria de Educação, do que utilizar o da Secretaria de Saúde, porque não há disponibilidade desse profissional para uma demanda tão grande.

Em resumo, a militarização das escolas apresentou uma didática opressiva, alicerçada no racismo, no machismo, na homofobia, e não acrescentou nada aos recursos materiais da escola. Para concluir, misturou-se o pedagógico, apesar da promessa de que não haveria intromissão no pedagógico. Mais tarde, o Enzo vai se inscrever e falar como o pedagógico foi afetado por esse sistema de militarização.

Concluo a minha fala. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigada, Vilmara. Vou passar a palavra à Joana. Pode ser dessa forma, Joana? Vamos combinar a seguinte ordem: Joana, Rosilene, Márcia e Hugo. O estudante, o senhor Hugo Leopoldo, falará por último. Quem quiser fazer uso da palavra,

pode levantar a mão. O deputado Max Maciel também pode se manifestar. Pode ser a Joana primeiro e depois vossa excelência, ou o senhor já gostaria de falar? O Henrique está aqui, no canto. Parece que o Enzo já está inscrito.

Concedo a palavra à Joana.

JOANA DARC DO CARMO ALVES CRUZ – Boa tarde. Na pessoa do deputado Gabriel Magno, saúdo a mesa: Vilmara, Rosilene, Márcia Gilda e Hugo Leopoldo. Eu me chamo Joana Darc, sou moradora da Ceilândia. Sou mãe de 5 filhos – Danísia, Esdras, Tiago, Daniel e Ester – e, neste ano, sou avó. Agradeço à mesa esta oportunidade.

Por onde passo, falo da escola militarizada em que estou trabalhando. Fui para essa escola em 2015, antes do período da militarização, e continuo nela. Sempre comento que, se a militarização fosse tão boa, não haveria apenas 1 escola militarizada em Ceilândia. Se a militarização fosse tão boa, os próprios professores que votaram a favor da militarização estariam naquela escola. A maioria que votou para militarizar a escola não se encontra mais lá. Eles não saíram porque o contrato era temporário, não. Eles eram efetivos. No ano de 2019 – quando a escola foi militarizada –, em uma semana pedagógica, na sala dos professores, a gestora falou: "A escola vai ser militarizada. Quem quiser ir embora, pode pegar o seu memorando." Vários professores, naquele momento, queriam sair, mas ainda resistiram e ficaram lá por 1 ano.

Naquele ano, eu estava ali como professora e mãe. Meu filho, dentro daquela escola, sofreu racismo. Eu guardo tudo. Guardei tudo, porque tenho como comprovar. Uma das coisas que mais afetaram meu filho foi a exigência de colocar a camiseta para dentro do uniforme: "Sua camiseta está para fora do seu uniforme." Isso aconteceu muitas e muitas vezes. Um dia, falei com o comandante da época, Lindomar, e disse que meu filho estava sendo discriminado na escola onde eu era professora. Ele falou: "Não!" Eu falei: "Está sim." Levei meu filho para estudar lá, porque ele jogava e treinava fora do horário escolar.

Desde 2019, a escola militarizada já teve 4 comandantes, e eu sempre conversava com eles sobre discriminação. Questionei por que alguns alunos eram chamados de xerife. E me disseram que era o mesmo que ser representante de turma, mas eu discordava e dizia que representante de turma é uma coisa, xerife é outra.

A escola tinha 28 militares, agora há 9 monitores, sendo 2 femininos e 7 masculinos. Perguntei o porquê de tão poucos monitores dentro da escola militar no CED 7 de Ceilândia. E me responderam que muitos vieram pela gratificação, mas quando viram que não haveria, desistiram.

Na escola ocorrem mentiras, e para isso tenho tudo comprovado, pois sempre gostei de ter tudo registrado. No ano passado, foi entregue o uniforme. Ainda há alunos nossos que não têm uniforme. Há aluno nosso que não tem livro. A nossa biblioteca não funciona.

As mães cobram porque, quando a escola foi militarizada, no dia em que foram falar com a comunidade querendo mostrar como seria a escola militarizada, disseram que tudo seria lindo, mas, na prática, ela não é o que está no papel, só está nas palavras.

E a questão de se aceitar a militarização. Ela depende da direção da escola. A partir do momento em que a diretora aceita a militarização da escola, digo para vocês que é muito difícil não conseguir militarizar aquela escola, porque é a direção da escola que vai aceitar ou não a militarização. Não adianta o debate e mostrar o que vai ser a escola militarizada.

Eu estou falando assim porque continuo trabalhando na escola, fui contra a questão da escola militarizada, e muitas vezes as pessoas me perguntam por que estou lá até hoje se sou contra. É porque, antes de militarizarem a escola, eu já estava naquela escola e, para eu estar ali, eu fiz um concurso. Eu escolho onde eu quero trabalhar, o lugar onde eu me sinto melhor. Eu a escolhi porque é uma escola perto do metrô, é uma escola nova, o espaço físico da nossa escola é muito bom, é uma escola grande, é uma escola boa, e foi por isso que essa escola foi militarizada.

Uma das coisas que aconteceu no ano foi que colocaram câmeras nas 32 salas. Uma semana depois, nós mostramos que, dentro da sala, não poderia haver câmeras. Mostramos a lei, e o próprio comandante falou que a lei era uma lei velha, que não mais existia. Eu mesma questionei o porquê. Ele respondeu que aquela era uma lei antiga, mas eu contrapus que a lei estava válida, sim. Então, uma semana depois foram retiradas as câmeras da sala e foram colocadas em torno da escola.

Porém, ontem mesmo, eu estava observando que há banheiro fechado na nossa escola, porque algum aluno – não se sabe qual – quebrou o banheiro, e ele está sem funcionar.

Sobre a questão da dependência da escola, apenas durante o intervalo os monitores saem e

observam os alunos. Na porta da escola, não há segurança, os militares não ficam na porta da escola.

Para os pais que não conhecem a situação, para aqueles cujo sonho é a escola militarizada, digo que, infelizmente, o que ocorre não é o que falam que vai acontecer na escola militarizada. Então, nós precisamos, realmente, mostrar o que é mesmo a escola militarizada para as pessoas. Há colegas que foram para a escola neste ano e já vão pedir remoção, já vão sair, porque esperavam que a escola militarizada seria outra coisa, que não seria o que eles veem na escola, como a falta de material.

Falaram que a escola iria receber uma verba maior, mas o aumento de verba é oriundo do PDAF. Não há uma verba destinada à escola militarizada. Então, é uma situação muito difícil. E o que é pior é saber que um gestor e uma gestora, seja quem for, aceita a militarização da escola. Eu acho que, quando militarizam a escola, é incompetência de quem está naquela gestão.

Eu me candidatei naquela escola 2 vezes, porque eu tinha que mostrar a questão da democracia dentro de uma escola. Da segunda vez em que eu me candidatei, foi falado que eu iria acabar com a militarização. Recebi até uma quantidade de votos muito boa, para o momento pelo qual eu passava na escola, mas na campanha disseram que, se a professora Joana ganhasse, a militarização iria acabar. É muita mentira. É muito fácil ver a mentira da escola militarizada no regimento que a prevê.

A discriminação dentro da escola foi terrível. Muitos alunos saíram por isso. As palavras que usavam eram: "Se você não está se adaptando, vamos procurar outra escola". O meio de fazer o aluno procurar outra escola era fazer as anotações e fazer com que ele chegasse a um ponto em que não poderia mais ficar naquela escola.

Continuo na escola e sempre convido pessoas para visitá-la e ver como ela é.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Joana, obrigado pela fala, pelo relato importante de quem está na escola.

Anuncio a presença dos seguintes diretores e diretoras do Sindicato dos Professores do Distrito Federal: Berenice, Kamir, Vanilce, Ricardo, Sol, João, Alberto, Consuelita, Anderson, Mônica, Letícia, Chicão, Hamilton e Levi. Anuncio a presença também da conselheira tutelar e ex-dirigente do Sinpro, Deusair, e da comissão dos aprovados da Secretaria de Educação.

Os dados da Secretaria de Segurança Pública têm mostrado – a Proeduc apresentou esse questionamento – que, nesses anos, o número de encaminhamentos de adolescentes para as delegacias aumentou. Essa é uma prova incontestável de que o policial militar – com todo respeito aos policiais militares, que cumprem papel importante na segurança pública – não sabem fazer mediação escolar. Nos conflitos, a resposta é: desacato vai para a delegacia.

Escola é lugar de mediação. É óbvio que a escola é lugar de conflito. Isso é óbvio! Na escola, estão 500, 1.000, 1.500, 2.000 estudantes diferentes, com pensamentos diferentes e uma série de diversidades. Há professores, funcionários e famílias. Há conflito o tempo todo. A mediação dos conflitos é fundamental. Esse é o papel da escola. Quando a pessoa não é formada e não tem habilidade e competência para isso, o resultado é a delegacia. A pessoa não medeia os conflitos.

Ouvimos a fala da Joana: "Se você não está gostando, vai embora!" Essa é a lógica do militarismo que precisamos, inclusive, enfrentar no Brasil. Estamos vendo que uma parte significativa dos militares – não todos, não vamos generalizar – tentou dar mais um golpe. A frase da Joana nos remete à ditadura militar. Brasil: ame-o ou deixe-o. É a mesma lógica. Se não está gostando, vai embora; ou gosta e fica ou vai embora.

Escola não é espaço disso. É impressionante ter de dizer isso. Escola é lugar de diversidade e de outras relações sociais. Foi importante o relato da Joana, que também reflete esse processo.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL – Deputado Gabriel Magno, boa tarde. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Parabenizo vossa excelência pela iniciativa assim como pelo trabalho à frente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, na qual tem conduzido de forma brilhante a atenção à educação do Distrito Federal e o cuidado com ela, alertando, fiscalizando, monitorando e pedindo as prestações de contas urgentes referentes àquela pasta.

Quero também, deputado Gabriel Magno, somar-me à sua fala de repúdio. Muita gente não sabe, mas sou pedagogo de formação. Eu acompanhei um lindo estudo na USP, em São Paulo, de pedagogia social, que trabalhava com educação não formal, que surgiu no pós-guerra, com órfãos de

guerra. Na Universidade de Brasília, fiz uma especialização em gestão de políticas públicas na Faculdade de Educação. Somo-me à sua fala de repúdio, deputado Gabriel Magno, porque sempre estudei em escola pública. Minha filha continua estudando na escola pública.

Na fala em que a secretária diz que nenhum pai quer ver o seu filho bandido, ela parte de uma premissa rasa de que, se a escola não estiver militarizada, automaticamente qualquer aluno estará propenso a virar um bandido. Isso nada mais é do que criminalização da pobreza, porque ela não pensa a escola militarizada para o filho dela, ela não pensa a escola militarizada para a parte nobre desta cidade. Se isso fosse uma verdade, a militarização estaria nas instituições privadas.

Eu atuei em escola privada. Eu vi aluno colocar bomba dentro de escola, vi aluno usar drogas dentro de escola, vi aluno vender drogas dentro de escola. Alguém quer militarizar a escola privada porque acontecem fatos como esses?

Não é verdade que a maioria dos jovens que estão nas periferias e na escola pública são aqueles que vão desajustar a escola. Isso não é verdade. Na maioria dos casos, a escola é o único equipamento público nos nossos territórios.

Trabalhei em Itapoã, em Arapoanga, na Estrutural e sempre atuei em Ceilândia. Eu peguei uma praça pública em Ceilândia em que havia troca de tiros – para quem não conhece essa história. Saí de lá, 10 anos depois, em 2017, e transformamos aquele lugar em um ponto de cultura, sem colocar lá um único policial. Pelo contrário, o posto policial que existia na praça virou uma galeria de arte e um teatro de bolso.

Essa história está parecendo aquela do filme *Mentes Perigosas* – não sei quem aqui já assistiu a esse filme –, aquela história americana em que todo mundo é desajustado, e a única saída seria prender todo mundo ou fechar a escola, até que se pensou que existiam outras pedagogias para lidar com a complexidade do território em que a escola estava inserida, no qual as pessoas são vítimas de várias violências inclusive da omissão do Estado.

Na Estrutural não há a quantidade de creche necessária. As mães têm que sair cedo para cuidar do filho dos outros e deixam o seu próprio filho, sem saber quem vai cuidar dele. Elas vivem no CadÚnico, em situação precária em razão da má escolaridade que tiveram, porque desde cedo tiveram que trabalhar. E o filho, quando atinge uma certa idade, sente-se na missão de ajudar aquela família com uma renda e opta por mudar o seu horário para isso.

Uma coisa que a secretária não diz é que a maioria dos jovens que incorre em algum tipo de ocorrência se evadiu da escola 2 anos antes, e ninguém, deputado Gabriel Magno, foi atrás dele.

Estão faltando psicólogos na educação, estão faltando orientadores educacionais, estão faltando mais professores, porque a lógica da atual gestão precariza a educação, como o senhor já vem denunciando. Os educadores sociais voluntários são quase tratados como criminosos, em uma situação análoga à escravidão, pois cumprem papéis que não são seus e ganham uma miséria de recursos. Sabemos que, muitas vezes, a gestão recorre a essa função, porque falta mão de obra.

Eu gostaria de encerrar minhas palavras encaminhando a vocês uma problemática que precisamos resolver no Riacho Fundo II. Não há escola que atenda à demanda da população. O jovem precisa pegar o ônibus às 6 horas e 10 minutos da manhã para chegar à escola. Quando ele chega mais cedo, o portão está fechado, e ele sofre um assalto na porta da escola. Para não sofrer o assalto na porta da escola, ele pensa em pegar o ônibus seguinte, mas, se ele pegar o ônibus seguinte, ele chega atrasado, e a escola não o deixa mais entrar. Como vamos resolver a equação educacional dessa forma? Faltam equipamentos educacionais em grande parte dos nossos territórios, e os estudantes precisam ir cada vez mais longe procurá-los.

O que a secretária não diz – e isso está na pesquisa que a casa fez, citada pelo senhor – é que: das 17 escolas selecionadas, 10 sequer estão nas 42 áreas em vulnerabilidade. O CED 7 era coo a UnB. Pegou-se uma estrutura montada, bonitinha, com auditório. Assim é fácil. Destaca-se um policial, mas ninguém pergunta por que ele não está nas ruas. Ninguém questiona por que ele foi para a reserva ou, se ele estava em missão, por que ele não está onde deveria estar. Como o deputado Gabriel Magno falou muito bem, por que não ativamos o batalhão escolar? Porque esse é um projeto de Estado penal desde sempre quando o assunto são as periferias do Distrito Federal ou do país inteiro.

Ela cita o fato de que venceu no STJ. Ela não venceu, o STJ apenas afirmou que a competência é do STF. Isso ainda será julgado no STF. Portanto, não houve vitória alguma. Isso fere a Lei de Diretrizes e Bases e a Lei de Gestão Democrática. Como o deputado Gabriel Magno falou, isso não resolveu absolutamente nada, pois as violências continuam, como os dados demonstram. A sensação

de insegurança na comunidade é perceptível. É óbvio que, ao chegar a uma comunidade em que não há nada, só há a escola e, todo dia, ser consumido por uma série de violências, fruto da ausência do Estado, qualquer pai vai concordar se alguém falar que haverá um policial na escola. Quero ver atuar conjuntamente com aquele que foi treinado pela ordem hierárquica a não mediar conflito.

Isso não melhorou as notas do Ideb. O problema é que a educação não quer fazer o monitoramento nem a avaliação dessa proposta. Ela só quer não cumprir o seu papel que é oferecer uma educação de qualidade. Essa educação de qualidade se faz com participação popular, escolas de qualidade, integração entre o bairro de todas as interfaces.

O problema na escola não é apenas da escola, mas de toda a comunidade escolar. Temos de atender as famílias, mas como fazemos isso se não há equipe suficiente sequer para lidar com o dia a dia da educação? Não há ônibus para levar os alunos para fazerem atividades pedagógicas externas. São nossos PDAFs que suprimam o valor do que era a missão da Secretaria de Educação. Se não fosse o nosso recurso, não haveria parquinho, não haveria banheiro reformado, não haveria quadra coberta, não haveria impressora e papel.

Essa é a realidade da educação, e a secretária deveria estar sentada conosco na missão de resolver em vez de enaltecer uma claqué – é muito fácil fazer uma fala para uma claqué confortável que quer 40 escolas militarizadas. Então, os professores não precisam mais se formar em pedagogia ou fazer concurso para entrar na educação. Basta que os professores façam uma formação militar qualquer e esperem ser chamados para atuar dentro de sala de aula. É assim que vai funcionar a educação. Não precisa mais de um mestre para mediar o conhecimento, basta alguém que determine se você pode ou não adentrar na escola com determinada vestimenta etc. Se eu estudasse em uma escola militarizada, poderiam mandar eu tirar o meu boné, pois, talvez, eu poderia ferir alguma regra da escola.

Eu encerro minhas palavras, deputado Gabriel Magno, parabenizando a audiência pública e todos os presentes. Se ela quer mais 40 escolas, 30 escolas, não vai ser fácil, se o projeto tiver que passar por esta casa, sem dúvida nenhuma, se o projeto tiver que passar por esta casa e, com certeza, eu sei, por um sindicato como o Sinpro, fortalecido, que vai lutar eternamente para impedir que isso aconteça.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputado Max Maciel. Eu me somo a vossa excelência e nem acho que esse seja necessariamente o recorte. Eu também tenho em casa 3 crianças, 3 filhos – são 2 meninas e 1 menino –, que estão na escola pública devidamente matriculados, matriculadas. Reforço isto que vossa excelência disse: a escola não é um espaço de formação de bandidos. Meus filhos que estão na rede pública – com muito orgulho – e em escolas não militarizadas não vão virar bandidos pelo fato de não haver militar na escola. Aliás, deputado Max Maciel, vossa excelência tem dito também isso na abordagem do uso de drogas e do papel da segurança pública.

A Universidade de Brasília recentemente apresentou um estudo, Rosilene, dos bairros que mais consomem drogas no Distrito Federal. Não sei se vocês sabem quais são. Algumas escolas me fizeram essa pergunta. De fato, há essas questões da sensação que a Vilmar colocou. Eu perguntei quais bairros as pessoas achavam que eram – há a sensação desse preconceito ainda muito arraigado –, e elas falaram: “Ah, é no Itapoã; em São Sebastião; em Santa Maria; na Ceilândia”. Mas os 3 bairros que mais consomem drogas no Distrito Federal são: Lago Sul, Lago Norte e Asa Norte. E nós não vemos batida policial nesses bairros como vemos na Ceilândia, no Sol Nascente, em São Sebastião, em Santa Maria e em outros bairros da cidade, o tempo inteiro, com muita repressão. Esse é um debate importante.

Sobre essa reflexão, nós vimos algo completamente degradante – e eu vou passar a palavra para a Rose, que cuida desse debate na CNTE – em um vídeo recente, se não me engano, em Tocantins, em uma escola militarizada. Dentro de uma escola, os militares estavam ensinando cantos para crianças, adolescentes e jovens com as frases: “Eu vou matar todo mundo! Eu estou aqui para te matar! Vai morrer!” Esse é, como eles sempre dizem, mais um caso isolado dos vários que acontecem, mas acontecem, todo dia, toda semana, casos isolados como esse. É essa agenda que estamos questionando, é esse o objeto do questionamento e do diálogo.

Deputado Max Maciel, não sei se vossa excelência viu o vídeo todo – eu tive o desprazer de vê-lo e escutá-lo no caminho para cá – em que a secretária chega a dizer isto: “Esses deputados que foram – vossa excelência está incluído – eleitos para supostamente representar o povo...” Nós fomos, mesmo. É o que estamos fazendo, exercendo o mandato. Eu convido a secretária a se candidatar na

próxima eleição e defender o legado dela na Secretaria de Educação. Disputaremos isso dentro das normas e regras democráticas.

Acho que ela também não coaduna muito com isso, tem pouco apreço pela democracia. Eu já falei aqui que eu nunca vi uma declaração da secretária de educação recriminando os atentados golpistas, os golpes do dia 8 de janeiro, os ataques à democracia. Nunca vi uma declaração e convido-a a fazer, publicamente, uma defesa explícita da democracia brasileira, condenando a extrema direita, o ex-presidente da República, contra quem houve agora provas contundentes de envolvimento na organização de um crime contra o Brasil.

Rosilene, vou lhe passar a palavra citando a questão legal, sobre a qual o deputado Max Maciel fala. O julgamento da ADI tem se movimentado. Ela já está pronta para ser julgada no STF. O relator é o ministro Gilmar Mendes. A peça 44 da ADI nº 7.662 está em sigilo, obviamente, mas vou comentar o parecer da AGU, pois não podemos divulgá-lo, já que está em sigilo. Podemos apenas dizer que, no parecer, a AGU apresenta a seguinte afirmação para o Supremo Tribunal Federal: "Resta demonstrada, então, a inexistência de fundamento constitucional que permita a criação de escolas cívico-militares da forma como realizada". É o caso do modelo do estado de São Paulo que está sendo julgado. A secretária falou: "Ah, São Paulo vai ter uma grande vitória, que será uma vitória nossa também". Esse processo ainda está em andamento. Inclusive, é importante, é saudável e é democrático respeitar os trâmites da jurisprudência brasileira.

Concedo a palavra a nossa Rosilene, da CNTE. Rosilene, obrigado mais uma vez, por estar sempre presente conosco.

ROSILENE CORRÊA LIMA – Deputado Gabriel Magno, eu que agradeço, em nome da direção da CNTE, e o parabenizo pela iniciativa. É muito bom sempre estar aqui, debatendo sobre educação, essa educação tão diferente da educação de que, lamentavelmente, a secretária faz gestão.

Joana, boa tarde. É um prazer estar aqui com você. Márcia Gilda, Vilmar, nós estamos sempre juntas. É muito bom estar aqui mais uma vez. Boa tarde para todo mundo.

Algo que nos deixa muito intrigados é quando falam das nossas escolas, da nossa educação. É uma questão de propriedade, mesmo. Usamos a expressão "nossa" porque ela tem que ser para todo mundo. Mas ela é uma educação excludente, não é para todo mundo. Começa que isso é uma educação excludente. Ela não é para todo mundo. Ainda bem que é para pouca gente ainda.

Eu queria provocar uma reflexão: o que essas escolas militarizadas dizem sobre a sociedade brasileira? Qual é o propósito desse modelo de educação? O que estão tentando com isso? Por que será que a primeira medida do Bolsonaro, no MEC, foi criar aquela subsecretaria de promoção da escola cívico-militar? O que se pretendia com isso? O que um governador Ibaneis da vida pretende ao militarizar as escolas? Aqui do lado, em Goiás, parece que já há mais de 80 escolas militarizadas. Qual é a proposta por trás disso, de que sociedade estamos falando e que sociedade queremos?

Quando pensamos em uma educação emancipadora – voltando alguns anos –, vale lembrar que houve um período, antes da ditadura, em que a educação foi progressista, pois queríamos que todos tivessem direito ao voto. Naquela época, quem era analfabeto não votava. Então, foi uma grande vitória. Todo mundo queria aprender a assinar o nome, para votar, para exercer a cidadania.

Depois veio a ditadura. E agora parece que querem impor uma ditadura, militarizando as escolas. É uma ditadura em pleno século XXI, em plena democracia, – que não é plena, que é frágil por vários motivos. Vivemos em um país democrático, republicano, e não cabe militarizar nossas escolas. Isso já bastaria.

Quando pensamos de que tipo de educação estamos falando, a educação é também disciplinadora. Li rapidamente uma tese de doutorado, de uma professora, sobre a militarização das escolas em Goiás, e ela fala da face oculta da privatização da educação. Militarizar escolas também é privatizar, porque você cria uma outra lógica. E a lógica da militarização é também da competição.

A educação cumpre várias tarefas: ela promove a educação por que tanto batalhamos, que é a educação emancipadora, e é também uma educação que atende ao mercado de trabalho e cria normas e valores. A educação também dá conta disso. E, aí, nós temos uma realidade em que há uma crise na instituição "família", nas últimas décadas, e ocorre um apelo. Para tudo o que vem acontecendo com a sociedade, há um apelo e um pedido de socorro. Por isso que eu acho que uma pergunta a ser feita – a secretária se equivoca, mas, ao mesmo tempo, faz uma leitura sobre o que se passa – é: a comunidade quer, mas por que ela quer, por que a família quer? O que está acontecendo que faz com que as pessoas achem que a solução é colocar a polícia dentro da escola?

Quando estive em Sobradinho, eu disse aos pais: quer dizer que vocês estão dizendo que o problema são os seus filhos. Se vocês acham que colocar a polícia na escola vai resolver o problema, os seus filhos, então, é que são os bandidos. Se as famílias estão dizendo que botar a polícia ali para cuidar daqueles meninos vai resolver o problema, elas estão admitindo que seus filhos são um problema para a sociedade. Elas são induzidas a isso. O medo de que seu filho, de fato, vá para uma realidade dessa faz com que isso aconteça.

Há também um pedido de socorro da família, pelas condições socioeconômicas. É pelo abandono do Estado que essas famílias pedem socorro! É pelo abandono do Estado que os professores e os trabalhadores da escola, muitas vezes, apoiam. Eu já vi professores votando a favor! Isso é real! Professor dá aula de janela fechada porque tem medo também. De fato, existe uma realidade dura, que leva a isso.

No entanto, não podemos naturalizar essa situação e sentir que isso não é tão horrível. Isso é um perigo. Eu ouvi isso também em relatos de professores – não de Brasília, mas de outros lugares –, como por exemplo, uma frase que me marcou: "Nós tivemos um caso meio complicado, mas agora é tão sensível que ele nos deixa cuidar do pedagógico". Então, eu perguntei: "Como é isso? Ele deixa?" Nós estamos nos aliando a isso naturalmente, porque vamos naturalizando e tornando isso uma rotina. Habitua-mos a entrar na escola e andar lado a lado com aquela criatura fardada com revólver na cintura, como se isso fosse algo natural, porque se torna o dia a dia. E, quando percebemos, pensamos: "Ah, não é tão ruim assim". Caramba, como não é tão ruim assim? Isso é péssimo, não há como ser bom.

Portanto, acho que precisamos discutir isso, deputado Gabriel Magno. Quando a secretária fala, parece que, sem a polícia, todos se tornarão bandidos e que nós, de fato, educamos para isso, como se fôssemos aqueles que doutrina os alunos para virarem bandidos. Foi isso o que ela quis dizer. Tenho certeza de que nossa categoria faz a leitura disso e espero que aqueles e aquelas que optaram pela militarização e a apoiaram compreendam que há outros caminhos.

Não há dúvida de que precisamos tratar de investimento. Quando se fala de melhorias, eles mentem demais. Lembro-me muito bem de mencionarem até a construção de uma piscina na escola, mas há taxas, e isso vai organizando a escola.

A Vilmara lembrou que, na primeira reunião com o Ibaneis, da qual eu e Berenice participamos, ele disse: "Eu vou militarizar as escolas, e a decisão está tomada. Se vocês tiverem outro assunto para tratar comigo, podemos continuar a reunião; senão, nós a encerramos aqui". Foi assim. Então, é uma decisão política, e, novamente, pergunto: formar para quê? Para pensar o quê? Para fazer o quê? São essas perguntas que precisamos responder.

Se queremos bons resultados, é preciso investir; se queremos boa educação, é preciso valorizar os trabalhadores com boas carreiras, com bons salários e com escolas equipadas. Se é para termos segurança, para não termos medo, isso é em todo lugar: na rua, no cinema, na igreja, onde quer que estejamos, porque não é a escola que produz a violência, muito pelo contrário. Nossas escolas são vítimas dessa violência e, com certeza, a solução não é a ditadura da educação pública no Brasil. Contra isso continuaremos batalhando, porque ditadura nunca mais.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito bem, Rosilene.

Vou passar a palavra à Márcia Gilda e depois ao Hugo Leopoldo. Logo após, iniciaremos as falas das pessoas da plateia, e o primeiro inscrito será o Enzo.

Concedo a palavra à Márcia Gilda.

MÁRCIA GILDA – Obrigada, deputado Gabriel Magno. Cumprimento a mesa: o Hugo Leopoldo – esse nome é tão imponente e tão empoderado –; a Rosilene, companheira de todas as lutas; o deputado Gabriel Magno; a Vilmara; e a Joana. Cumprimento cada um e cada uma de vocês que hoje, neste plenário, participa dessa discussão tão importante, e a todos que estão nos acompanhando pela TV Câmara Distrital.

Eu sou Márcia Gilda, professora da Secretaria de Educação. Atuo na educação há 31 anos. Tenho 2 filhos, ambos devidamente matriculados na escola pública. Inclusive, meu filho João Roberto está no sexto ano, na escola CEF 2 de Brazlândia, que é uma das escolas que aparece no índice do Ideb. Entre as 10 escolas, ela ficaria em sétimo lugar caso desconsiderássemos as 3 escolas militares, que, embora sejam consideradas públicas, têm *know-how* de escolas particulares, pois são públicas, mas não são gratuitas, e têm diversas questões relacionadas ao acesso e à permanência dos

estudantes.

Tenho muito orgulho de ser proveniente da escola pública e de meus filhos também estudarem na escola pública. Lutamos por uma escola pública laica, gratuita, que trabalhe com a pedagogia do protagonismo e da autonomia, e não com a pedagogia da opressão.

Vemos que a educação está sob ataque, pois o projeto de militarização das escolas é um ataque à educação pública. Anísio Teixeira, grande pensador da escola pública brasileira, dizia: "Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública".

A escola pública é linda, potente e competente. Quero trazer esse protagonismo da escola pública. O CEF Polivalente, por exemplo, foi campeão da Olimpíada de Matemática do Distrito Federal. Ele é localizado aqui, no Plano Piloto, e não é uma escola militarizada. O CED 8 do Gama tem uma companhia de teatro. Tivemos oportunidade de assistir, inclusive, à peça teatral *Corpo Fechado* durante nosso ato político-cultural. Essa peça foi extremamente impactante e é digna de estar nos melhores teatros do país. Ontem, estive no sarau cultural do CEM 2 da Ceilândia e fiquei impactada com a produção das estudantes, dos estudantes, que precisaram trabalhar 3 obras do PAS – uma música, um poema/poesia e qualquer outra obra literária – fazendo *link* entre elas. Inclusive, ontem, o cantor Leonardo Café, da Ceilândia, esteve presente participando de uma das apresentações desses alunos.

Lá eles falaram sobre ditadura militar, sobre nazismo, sobre questão racial no país, sobre diversidade de gênero e sobre maiorias que, historicamente, são minorizadas no nosso país. Essas maiorias tratadas como minorias estão dentro da escola pública.

Criminaliza-se a educação popular no momento em que se coloca a polícia dentro da escola. Há a lógica que Anísio Teixeira já dizia: que o caos é proposital e não é momentâneo; é um projeto para não deixar que a potência da escola pública brilhe e chame a atenção de todos como ela realmente merece.

O que se faz no Distrito Federal? Abandonam-se as escolas. Em primeiro lugar, finda-se com o serviço público para as áreas de conservação e limpeza, portaria, vigilância. Ao mesmo tempo em que privatiza e finaliza essas carreiras, o GDF não viabiliza a contratação, por exemplo, de um profissional para a portaria da escola. Nós chegamos a algumas escolas e vemos os seus portões abertos. Qual é o filtro que essa escola utiliza? Quem está entrando ali? Quem vai fazer essa segurança? Quem vai barrar a entrada de pessoas na escola?

Pessoal, a militarização é uma cortina de fumaça, porque a população está entregue à própria sorte. A escola localizada na periferia está entregue à própria sorte. Então, esse é um governo que não tem um projeto de educação. Um projeto de educação é desenvolvido a curto, médio e longo prazo. Não há esse projeto de educação no âmbito da educação pública do Distrito Federal.

O que se coloca é: "Vamos colocar 1 dezena, 2 dezenas de militares dentro de uma escola e dizer que resolvemos o problema". Contudo, o problema não foi resolvido, porque o batalhão escolar não está atuando nas 907 unidades de escola pública do Distrito Federal, sem contar as escolas particulares. É aquela coisa: quando se cobre um lado, descobre-se o outro.

Eu não vou repetir tudo o que foi falado aqui, mas um fato importante que precisamos lembrar foi o 8 de janeiro de 2023, quando houve aqueles atos antidemocráticos. Isso demonstra a polarização do país entre a formalização, a construção e o fortalecimento, vamos dizer assim, da nossa jovem democracia e um regimento ditatorial no país, o que tem sido confirmado a cada dia – inclusive está sendo veiculada nos jornais a minuta do golpe, além de tudo.

Pessoal, militarização de escola não combina com democratização das nossas escolas, com a democratização das relações das nossas escolas, até porque a militarização desrespeita a identidade dos nossos alunos, das nossas alunas, a construção da identidade dos nossos alunos, das nossas alunas, dos nossos professores, de todos os profissionais que atuam na escola. Nós sabemos do que a escola pública precisa. A escola pública precisa de investimento em todos os seus aspectos – investimento físico, investimento nos recursos humanos –, com todos esses profissionais que já foram citados.

Eu fiz uma lista de várias escolas – inclusive algumas já foram citadas pelo deputado Gabriel Magno naquela lista – que têm sobressaído e que têm mostrado a eficiência da educação pública no Distrito Federal.

Esta sessão é uma comissão geral. Estamos acostumados a vir às atividades da Câmara

Legislativa promovidas pelo deputado Gabriel Magno, inclusive mostrando o protagonismo da educação pública. Estivemos no auditório desta casa para o Prêmio Paulo Freire. Temos dito que, daqui a pouco, ele vai ter que ser na Arena Mané Garrincha, porque a escola pública é potente.

A escola pública não é caso de polícia, mas esse governo é, porque não tem cumprido minimamente com o seu papel de investir nesse equipamento público tão importante para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento do pensamento crítico, para o desenvolvimento de uma sociedade que respeita a diversidade. A sociedade é composta pela diversidade e pela pluralidade, sobretudo daqueles que estão dentro da escola.

Eu acompanhei, em 2022, o caso do CED 1 da Estrutural. Eu estive várias vezes lá, inclusive com a oportunidade de conversar com os alunos. A escola era uma escola triste. Os alunos e as alunas eram alunos e alunas tristes.

Na escola, a maioria dos alunos são negros. Sabem o que é fazer um coque num cabelo crespo? É uma agressão. É uma agressão!

O CED 1 da Estrutural, hoje, estar minimamente melhor não foi por acaso. Por causa de todos aqueles acontecimentos na Semana da Consciência Negra e depois de ataques a alunos e alunas, depois que alunos apanharam dentro da escola, foi lançado um holofote sobre aquela escola. O Ministério Público, por meio da Proeduc, pronunciou-se. Diversos jornais e a mídia como um todo estavam acompanhando isso muito de perto. Posso falar a vocês da resistência de professores e de professoras que, inclusive, adoeceram e saíram da escola, e a resistência, também, da vice-diretora da escola, a professora Luciana Paim. É por isso que aquela escola mudou e hoje, minimamente, tem um ambiente onde é possível se conviver. Mas a escola estava doente, a escola estava adoecida.

Nós ficamos muito tristes e adoecemos quando vemos a escola pública sob ataque. Acordar, hoje, com falas da representante da cadeira da Educação, criminalizando a educação e quem é contra a militarização, coadunando com a bandidagem e com a formação de bandidos, é extremamente triste. Nós nos preocupamos muito com essa fala e colocamos aqui, publicamente, o nosso repúdio.

Viva a escola pública!

Como diz Galeano, nós somos aqueles da utopia. Caminhamos 2 passos, e ela fica mais longe, mas sabemos que a utopia serve para isso, para nunca deixarmos de caminhar e nunca deixarmos de pensar e de acreditar que uma escola pública que valoriza o protagonismo dos nossos estudantes é possível. Nós vamos continuar trabalhando para isso.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Márcia.

MÁRCIA GILDA – Eu escrevi um tanto de coisas, mas, na hora, nós nem lemos. Vamos sendo tomados...

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Essa é a beleza, é a maravilha da profissão do magistério: a capacidade de escrever, de falar e de se lembrar das informações.

No nosso *chat* do YouTube, o Chico fala: "Na escola em que eu trabalho, aposentaram-se 5 auxiliares que faziam o papel de porteiros, e a Secretaria de Educação não mandou ninguém para substituí-los".

Nós falamos de 4 questões, que são fundamentais ao processo de militarização – a questão do financiamento, a questão da legalidade, a questão dos militares e a questão do desempenho –, mas eu queria destacar uma quinta.

A quinta questão eu vou chamar de desprofissionalização dos trabalhadores da educação. Ela também é central e ela vai se expressando nisso.

A Rosi falou da privatização.

A secretária de Educação uma vez disse que não falta porteiro na escola, não. Eu acho que ela está precisando andar mais pelas escolas, porque não há porteiro mais – em nenhuma escola. Contamos nos dedos aquelas escolas nas quais ainda haja porteiro. O que há, na maioria das escolas, são os terceirizados, a vigilância patrimonial, que acabam quebrando esse galho e acumulam a tarefa de portaria, que não era tarefa deles. Eles nem têm formação para isso. Porém, ela foi dizer, Rosi, que as denúncias eram de que os diretores, as diretoras de escola estariam dizendo que são eles que fazem a entrada e a saída dos estudantes todos os dias às 6 horas da manhã. São eles que ficam na porta da escola. A secretária disse: "Eles fazem isso, porque adoram fazer isso". O negócio é impressionante.

Temos que rir muitas vezes.

Nós visitamos escolas quase todos os dias, diferentemente dela, e conversamos com os diretores. Eu sempre pergunto: "Como é que está essa função de abrir a escola todo dia, às 6 horas da manhã e fechar? Vocês adoram fazer isso?". Esse é um trabalho importantíssimo para a escola. É fundamental.

Eu me lembro, na época em que eu estudava, do porteiro da minha escola. Ele sabia exatamente a hora que eu chegava, quem me deixava na escola e quem me buscava. Se um dia alguém diferente me deixasse na escola, ele perguntava: "Cadê a sua mãe? Cadê o seu pai? Quem é esse aí que está deixando você? Você não vai entrar assim, não". Havia essa relação com o profissional da educação. Havia dinâmicas educacionais.

Chico, é isso. Infelizmente, há esse processo de desprofissionalização, de tentar tirar o papel da carreira magistério, de desvalorizar a profissão. Esta é a lógica de sempre: qualquer um pode fazer o que vocês fazem. Fazem isso também com outros profissionais da escola.

Chico, infelizmente essa é uma das questões que estamos querendo tratar.

Quero anunciar a presença da Berenice Darc, que é diretora do Sinpro, e da CNTE.

Passarei a palavra ao Hugo Leopoldo, e depois ao Enzo.

Enzo, você poderá falar daí ou, se já quiser praticar, pode falar da tribuna para ir exercitando. Quando você for falar, eu vou pedir para você apertar esse botão.

Sempre vou anunciar 2 oradores para o próximo ir se preparando.

O próximo a falar será o Enzo, estudante do CED 1 da Estrutural; em seguida, a Madalena, que é estudante do CEM Paulo Freire, Centro de Ensino Médio Paulo Freire.

Concedo a palavra ao Hugo Leopoldo.

HUGO LEOPOLDO – Boa tarde. Eu me chamo Hugo Leopoldo, estou atualmente como diretor de Políticas Educacionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, pelo coletivo Kizomba. Hoje eu queria começar falando que as escolas cívico-militares foram introduzidas no território nacional por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, único projeto que o governo Bolsonaro, de fato, se preocupou em implementar.

O governo Lula, logo que assumiu, colocou como prioridade a descontinuidade desse programa em nível federal, mas o avanço do neoliberalismo e da capilaridade da direita fez com que governadores de 17 estados e o Distrito Federal continuassem com essa medida.

O Distrito Federal não é o caso mais grave do país. Há o estado do Paraná que tem mais de 300 escolas cívico-militares. Basicamente esse é um modelo proposto e apresentado para toda a comunidade escolar, não só para os estudantes, mas também para os pais responsáveis, em que haveria uma melhora não só no ensino, mas também na segurança. Podemos perceber que a grandíssima maioria das escolas militarizadas no DF fica em regiões periféricas com a desculpa de que isso vai melhorar a segurança, mas, na verdade, apresenta-se como mais um argumento para que consigam marginalizar a juventude.

Acreditamos que a educação deva ser um ambiente transformador, emancipador, libertador para o estudante. Para isso, precisamos entender as diferentes realidades territoriais que se veem com as escolas.

Algumas pessoas negam a fazer isso com qualidade, como o governador Ibaneis, que não tem interesse nisso, seja pela consecutiva verba diminuída na Lei Orçamentária Anual, seja pelas salas de aulas superlotadas, seja a falta da revisão do salário da carreira magistério, seja simplesmente pelo descompromisso, na verdade, com o Plano Distrital de Educação.

As escolas cívico-militares, em todo o território nacional, apresentam diversas preocupações a respeito da segurança do estudante, a respeito da qualidade do ensino que está sendo proposto para o estudante. Nós estamos vivendo, com a militarização, com a privatização, com o novo ensino médio, um período em que o interesse do mercado é que a educação se torne uma mercadoria.

É interesse da extrema-direita que as escolas e a educação pública... Muito por conta da realidade do desenvolvimento social do país, a população recorre à educação pública, porque é lá onde não só a nossa consciência se torna crítica, mas também o nosso intelecto é formado.

Isso não é novidade. Eu tenho isso na mente, na memória. Eu escrevi um artigo que fala de

um colégio militar em Porto Alegre, onde o diretor, quando assumiu, realizou uma reunião com mais de 200 funcionários falando que não era para se tocar em temas como homofobia, racismo, machismo, não só com os estudantes, mas também dentro da gestão com a equipe pedagógica.

Então, qual é o interesse nisso? Qual é o verdadeiro interesse de que os estudantes não possam dialogar, se expressar quanto à realidade em que eles vivem e quanto às coisas que os afetam no seu cotidiano?

É muito preocupante o caso do CED 1. Acho que todo mundo aqui sabe que os estudantes dessa escola produziram um mural sobre o Dia da Consciência Negra. Eles foram reprimidos, simplesmente porque falaram da realidade que eles enfrentam. Sabemos que, no Distrito Federal, a polícia age de forma muito diferente quando você está no Plano Piloto de quando você vai para outras regiões administrativas.

Então, é muito preocupante que, na capital do país, aceitemos tamanha defasagem na educação. Há redução sucessiva do orçamento, falta de construção de escolas, falta de concursos públicos para aumentar a carga dos professores. Não sei se ainda é assim, mas até pouco tempo, neste ano, havia mais professor temporário do que professor efetivo. Qual é o interesse do governador Ibaneis com a educação?

No começo deste ano, fiquei sabendo de um dado pelo deputado Gabriel Magno. Em 2019, houve 199 denúncias referentes às escolas e à dinâmica dentro delas – denúncias administrativas, de repressão ou opressão. A militarização das escolas foi exatamente nesse período. Em 2022, esse número mais do que dobrou. Além disso, existem relatos de ameaças e abuso de autoridade dos militares com os estudantes.

Se precisamos lidar com uma evasão escolar e fazer muito mais do que antigamente era feito para que o estudante se sinta interessado em desenvolver suas capacidades básicas dentro da escola, precisamos estar mais atentos, conectar-nos com o estudante e mostrar a ele que estamos ali para resolver os problemas juntos. Não é colocando o estudante como um problema, não é marginalizando ou criminalizando o estudante que os índices de educação e segurança melhorarão. Na verdade, o que está posto é um projeto de militarização que coloca a juventude como massa de manobra. A educação deve servir para que possamos identificar o meio em que estamos inseridos e para mostrar como podemos ser pessoas melhores e melhorar esse meio. Quando aceitamos a militarização de 17 escolas, sendo mais de 10 delas de ensino fundamental 1, aceitamos que não só a juventude, mas também nossas crianças estejam em vulnerabilidade, inseridas em um modelo educacional que não as prepara para a vida e para o futuro. A pergunta que fica é: o governador Ibaneis realmente acredita que é dessa forma que ele vai garantir o desenvolvimento de Brasília, a capital do país?

O governador Ibaneis não se interessa em aumentar os investimentos para construir escolas, nem em disponibilizar uma rede de apoio mental para os estudantes das redes públicas – pelo contrário, até metade do semestre, o debate na Secretaria de Educação do Distrito Federal era sobre instalar detectores de metal nas escolas. Isso deixa claro que o governo está tentando criminalizar a juventude. Eles têm medo, porque sabem que, se a educação cumprir seu papel transformador na vida dos estudantes, eles não continuarão fortes e não conseguirão continuar com seu projeto de Estado, que constrói, nada mais nada menos, uma faceta fascista que levou à tentativa de golpe de Estado de 2023.

A educação tem o viés de nos preparar para o futuro, de fazer com que o país continue se desenvolvendo e de fazer com que nós, como sociedade, consigamos nos levantar das amarras que nos são impostas. Não podemos permitir que isso aconteça com as escolas, ou vamos falhar como sociedade.

É isso. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Hugo. É muito importante o que você falou.

Pessoal, eu quero combinar com vocês o seguinte: são 17 horas e 30 minutos; vamos tentar encerrar às 18 horas e 30 minutos, até porque temos que entregar o plenário.

Há cerca de 12 inscrições. Quero organizar para que todos possam falar. Vamos combinar 3 minutos, mais 1 minuto por pessoa. O cronômetro estará visível; quem estiver presente poderá acompanhá-lo. Para aqueles que não estiverem presentes, combinaremos assim: ajustaremos o tempo em 3 minutos; quando a sirene tocar, será o sinal do tempo adicional de mais 1 minuto. Ao final, a sirene tocará novamente indicando o encerramento.

Obviamente, seremos flexíveis para que possam concluir, mas é importante organizar o tempo para ouvirmos todos e garantirmos mais falas.

Quero começar com o Enzo. Enzo, você prefere falar daí ou vir até aqui? (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Daí. Tudo certo. É só apertar o botão do microfone para mim. Enzo é estudante do CED 1.

ENZO NATANAEL – Meu nome é Enzo Natanael; sou aluno do CCMDf, do CED 1 da Estrutural, que é uma escola militar. A militarização das escolas resolve alguns problemas, como o de segurança. Porém, nem isso é plenamente eficaz, já que fui assaltado em frente ao portão da minha escola, que é militar.

A escola deixou de ser atrativa, pois os espaços culturais foram ocupados pelos policiais que agora estão na instituição. A escola não possui projetos sociais ou culturais. Ela não é um ambiente onde os alunos se sintam bem. Muitos não gostam de frequentar a escola, porque há policiais que ditam como devem cortar o cabelo, como devem se vestir. Isso cria uma juventude reprimida pela militarização nas escolas.

Somos, por vezes, obrigados a ficar em pé sob o sol, em formações e prestando continência. Escola é um lugar para se socializar, conversar e, principalmente, estudar. Queremos uma escola pedagógica, com projetos sociais e culturais.

Um dos principais problemas da militarização nas escolas é que os policiais interferem nas notas dos alunos. Existe um critério disciplinar que faz com que estudantes percam pontos simplesmente por irem à escola sem uniforme. Esse uniforme, de péssima qualidade, é distribuído pelo GDF. Alunos também perdem pontos por estarem de chinelo.

Pensem nos estudantes que vêm de comunidades carentes, como Santa Luzia ou da própria Estrutural. Muitos estudantes não têm condições financeiras para adquirir roupas ou calçados adequados para usar na escola. Mesmo assim, os alunos são penalizados e perdem nota. As notas deveriam refletir o desempenho acadêmico dos estudantes e não o que estão vestindo. Isso nos atrapalha muito.

Sobre a declaração da secretária, que disse que alunos se tornam bandidos quando estudam em escolas não militarizadas: vim de uma escola não militar e, sinceramente, era mais atrativa do que a escola militar onde estudo hoje. Naquela escola, os alunos se sentiam motivados a frequentá-la. Isso os afastava da criminalidade presente na comunidade onde vivem.

Quero ressaltar que alunos não se tornam bandidos apenas por não estarem em escolas militares. O problema é que as escolas militarizadas se tornam ambientes desinteressantes, sem atrativos, o que leva muitos alunos a preferirem ficar nas ruas. É nesse lugar que eles, eventualmente, podem acabar na criminalidade.

A falta de projetos sociais, culturais, aulas de dança, teatro ou música deixa a escola militar desmotivante. Não são oferecidos bons projetos aos alunos. Quando a escola não é um lugar agradável, o aluno não sente vontade de estar lá e, assim, opta por permanecer na rua.

O aluno opta por ficar na rua e aí, sim, ele se torna um criminoso; aí, sim, ele vai para a criminalidade oferecida pela comunidade em que ele vive.

É isso. Agradeço a oportunidade de falar nesta comissão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Excelente, Enzo! Poderíamos terminar a audiência hoje com a sua fala. Que incrível!

Parabéns, Vilmara, em nome dos professores e das professoras desta cidade, da escola. Há um aluno maravilhoso como o Enzo aqui. Você está em qual série, Enzo? Nono ano. Um estudante de nono ano com essa consciência! Nós ficamos sem palavras, morremos de orgulho. Obrigado, Enzo. Obrigado, de verdade.

Concedo a palavra à Madalena, estudante do CEM Paulo Freire.

MADALENA – Boa tarde. Eu me chamo Madalena. Fui aluna do Colégio da Polícia Militar de Santo Antônio do Descoberto e moro lá.

Como bem disse a Vilmara, realmente nós queremos estudar perto da nossa casa. É muito bom estudar na comunidade, mas eu não tive essa oportunidade, porque a maioria dos colégios da minha

cidade eram Cepis, Centros de Ensino em Período Integral, e o único que me restou em meio período, para que eu pudesse trabalhar, foi um colégio que estava em processo de militarização.

Eu sou uma mulher trans e bem no começo da minha transição foi quando eu entrei nesse colégio. Eu tive que cortar o meu cabelo. Eu sofri uma violência que não está escrita. Foi um processo que até hoje estou tratando psicologicamente em razão desse espaço de opressão que é um colégio militarizado.

Digo isso sem papas na língua, porque me lembro de alunos que lá estudavam. O bairro em que se localiza esse colégio é um bairro periférico. Havia alunos negros, alunos de baixa renda que, quando o processo da militarização do colégio começou, precisaram comprar o sapato ideal, o uniforme do colégio, que não lhes foi fornecido. Uma vez, tive o desprazer de ouvir a mãe de um desses alunos dizer: "Pelo amor de Deus, deixem o meu filho estudar, porque eu não tenho condição de comprar esse sapato". Tive o desprazer de ouvir a resposta do policial: "Nós não podemos abraçar o problema de todos".

Eu quero dobrar a máxima: eu acho que vocês não podem atender o problema de ninguém. (Palmas.) Porque, se eu estou na rua, uma mulher trans, e eu não tenho a segurança de saber se eu vou voltar em segurança, se eu estou no colégio e não tenho a segurança de saber que lá vou receber um ensino de qualidade, vocês não atendem o lugar de ninguém, vocês não atendem nenhuma demanda.

Quero também dizer que devemos lembrar que o colégio, a escola é um lugar onde muitos casos de abuso e de estupro são descobertos, onde as vozes das vítimas são ouvidas.

Eu quero perguntar: como é que, sob os olhos de um policial militar, dentro de uma sala de aula, você se sentiria meramente capaz de denunciar uma agressão como essa? Como eu poderia esperar educação de um policial que entra na escola e que quer me ensinar hinos?

Então, se eu não posso conviver na rua, se eu também não posso estar na escola, em que lugar eu devo conviver nessa sociedade? Se o colégio não é pensado para mim, se o colégio não é pensado para o estudante, ele é pensado para quem? O colégio está sendo pensado para ser um presídio. É desagradável estar lá, tanto pela opressão como por não ser um espaço laico. Onde eu entrava, ficava todo mundo bonitinho, fazendo fila. Diziam: "Vamos rezar o Pai-Nosso". Diversas pessoas de outras religiões lá não encontravam espaço para expressá-las.

Fui aluna de lá e carrego o meu distintivo com orgulho e desprezo. Sinto desprezo por tê-lo usado. Sinto orgulho, porque o meu nome Madalena está nele escrito.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Madalena, muito obrigado pela presença e pela fala.

Nós externamos a nossa solidariedade às violências que você relata e sofre e a nossa dedicação para que elas não aconteçam. Infelizmente, o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas trans no mundo inteiro. É fundamental que o Poder Legislativo se coloque à disposição para pensar e construir políticas públicas efetivas para garantia e proteção dessa população. Isso é papel e dever do Estado e, fundamentalmente, papel da escola. A escola, militarizada ou não, ainda é, muitas vezes, espaço dessas violências. Por isso, é tão fundamental discutir essas questões.

Falo isso, porque, neste plenário, por diversas vezes, entramos em vários embates sobre o papel da escola. É disto que estamos falando: o papel da escola. Alguns defendem a tese de que o papel da escola é só escolarizar. Nós somos da tese de que o papel da escola é dar educação ampla e plena, obviamente, das disciplinas: física – eu sou professor de física –, matemática, química, biologia, história, português, artes, todas elas. Obviamente, há também o papel do respeito, porque a escola não pode ser instrumento da violência contra a população LGBTQIA+, negros e negras, mulheres, qualquer pessoa. A escola precisa ser o instrumento que disputa isso.

Por isso, é tão importante que haja educação sexual nas escolas; é tão importante que haja currículo antirracista nas escolas; é tão importante que haja essa agenda da garantia... O Sinpro tem a campanha Escola é Lugar de Ser Feliz. Ela precisa ser esse lugar.

Quero não só me solidarizar com a luta, mas me somar a esta luta na Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta casa. Falo sempre isso, porque, infelizmente, o presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados chegou a dizer que a prioridade do mandato dele à frente da Comissão de Educação seria combater a linguagem neutra dentro das escolas, como se esse fosse o maior problema. Ainda bem que está acabando o mandato dele.

Reafirmamos que a Comissão de Educação desta casa tem outro papel: garantir escola democrática, inclusiva e que respeite as pessoas. Fica esse registro importante.

Agradeço a sua presença, mais uma vez.

O próximo a falar será o Lucas, secretário-geral da UESDF. Depois, será a Berenice. Quem foi que disse, Berenice?

Concedo a palavra ao Lucas, secretário-geral.

LUCAS EDUARDO – Boa tarde a todos, a todas e a todes.

Meu nome é Lucas Eduardo. Eu venho lá do CEM G, do Centro de Ensino Médio 1 do Gama, com muito orgulho. Atualmente estou como secretário-geral da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal.

Deputado, muito obrigado por hoje. Muito obrigado por esta comissão. Eu gostaria também de agradecer a todos e a todas que estão aqui também.

Muito se fala que um dos principais argumentos das escolas militares é a questão da disciplina, é a questão do respeito, é a questão da ordem. Notoriamente, já percebemos, em vários relatos, que isso é uma falácia. Uma escola em que se prioriza somente a colocação dos alunos, às 7 ou às 7 e meia da manhã, em ordem unida, e não se prioriza respeitar as religiões do outro, e não se prioriza respeitar o que é o outro, notoriamente isso não é disciplina. É tirania, é autoritarismo.

Isso é um dos assuntos que mais se fala das escolas militares, que são boas justamente porque há disciplina; mas não há disciplina, o que há somente é tirania, o que há somente é autoritarismo.

Outro argumento, deputado Gabriel Magno, de que se fala muito é justamente sobre o fato de que o jovem não vai virar um bandido, não vai entrar para a bandidagem, como eles mesmo dizem, justamente porque há um militar na escola, porque há uma autoridade policial na escola. Isso é mentira.

O que se coloca em evidência, como já foi muito falado na mesa, em cada discurso, tanto no do Hugo como no da Rosilene, é justamente essa questão de criminalizar, de demonizar a juventude, sobretudo a periférica. Demoniza-se muito a juventude periférica. Não é à toa que o embrião de escolas militares, como todos sabem – em especial, a senhora, que é professora de história –, deu-se em um momento muito turvo e muito ruim da história mundial, que evidentemente foi o fascismo e o nazismo.

Outra questão muito interessante que se fala das escolas militares é justamente o fato de que a escola militar tira a essência do aluno, ela tira a essência da escola. Não se fala em projeto cultural em escola militar. Não se fala em um projeto psicológico para atender os alunos em escola militar. Não se fala nisso. Fala-se em quê? Em educação? De jeito nenhum. Fala-se em disciplina, em ordem unida.

Não falo isso somente por ter ouvido os tristes relatos que ouvimos hoje nesta casa. Eu também estudei em escola militar. O meu sexto, o meu sétimo e o meu oitavo ano, todos foram em escolas militares. O que eu pude concluir justamente nessa terrível experiência é que não há nada do que se fala; disfarçam tudo.

Outra coisa muito interessante que se tem a falar de escola é justamente essa questão de que não há nada do que se fala. Só se disfarça e se demoniza a juventude e, para além disso, coloca-se notoriamente a juventude em um lugar de descaso, rendendo a sociedade e rendendo todo o povo brasileiro a um grupo específico e às ordens de um grupo específico.

Muito obrigado.

Concluo a minha fala. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Lucas.

Adoramos ouvir estudantes aqui. Vocês deviam estar mais presentes, porque este plenário fica bem legal com a participação de vocês.

Passarei a palavra à Berenice e, depois, ao Victor Bernardes, professor de educação física da Secretaria de Educação.

O Dirceu Lopes está no *chat*. Eu vou ler todas as mensagens. Ele pergunta: “Que papel é esse, deputado Gabriel Magno, desfazendo os colégios militares? Faça uma pesquisa para ver os bons resultados que eles trazem aos estudantes”.

Dirceu, eu o convido a ver a reunião desde o início. Quando finalizarmos, a reunião estará salva no YouTube. Nós convidamos a Secretaria de Educação, mas eles não vieram. Apresentamos, inclusive, alguns dados que são questionáveis do ponto de vista do Ideb. Eu convido você a ver o vídeo e debater. Estamos abertos para isso. Chamamos, inclusive, a Secretaria de Educação, que, a princípio, defende esse modelo, mas ela não compareceu.

Passo a palavra à Berenice Darc.

BERENICE DARC – Boa tarde a todas, todos e todes.

Na pessoa do deputado Gabriel Magno, cumprimento a mesa.

Agradeço a realização desta comissão geral. Este é um espaço importante de escuta e de exercício da democracia.

Deputado Gabriel Magno, você leu a mensagem de uma pessoa dizendo que você está desmerecendo o papel das escolas militarizadas. Quero dizer que este espaço foi aberto para todos e todas que quisessem vir dialogar sobre isso. Quando conseguimos entrar em um lugar como este e usar esse espaço de fala, nós nos sentimos na casa do povo. Em outros momentos, nós não nos sentíamos assim. Quero destacar a importância desta comissão geral para dialogarmos.

Brevemente, quero falar da importância de escutar esses estudantes. Ouvimos exemplos do que há na escola pública: olhem a Madalena! Olhem os estudantes que falaram! Sentimos orgulho em dizer que este é o resultado da escola pública.

Quero usar meu tempo, inclusive, para pedir uma salva de palmas a esses estudantes que, além de participarem de uma aula de democracia, estão exercitando o que temos de melhor na escola pública. (Palmas.)

Não há nenhum bandido sentado aqui, não há nenhum bandido na escola pública do Distrito Federal. Mesmo que a escola não seja militarizada, os bandidos não estão lá.

Quero também fazer um resgate e dizer que a escola pública não é violenta – escutamos muito isso. A violência está na sociedade. A escola precisa, sim, que a Polícia Militar esteja nos portões, porque dentro da escola há profissionais capacitados, prontos para receber os estudantes.

Nós não trabalhamos com ordem unida; trabalhamos com outros fatores que promovem na escola, da forma mais ampla possível, a possibilidade da diversidade e da pluralidade, que também são compostas pelas diferenças existentes no nosso país. É assim que queremos a escola pública.

Repito o que a Márcia disse com muita tranquilidade: militarização ou militarismo é o oposto do que desejamos na escola pública do Distrito Federal. Queremos a radicalidade da democracia. Queremos que a escola pública possa exercer, de fato, o espaço democrático que temos e podemos ter na escola pública. E é exatamente por causa do exemplo que esses estudantes vieram dar hoje que eu queria que a secretária estivesse aqui, para que ela pudesse escutar esses estudantes, o que eles falaram, a qualidade da fala de cada um deles, que é resultado da nossa prática na escola de respeito à pluralidade, às religiões, à diversidade que existe na escola, à Madalena, para que os estudantes possam ter a sua identidade.

Então, é isso que a escola pública é e é esta escola que queremos defender: a não militarizada. Esses números da militarização têm que ser apresentados, deputado, para que toda a sociedade possa observar. O caminho não é militarizando as escolas, nós queremos segurança! Queremos segurança do portão para fora, porque dentro da escola estamos seguros. Garantimos a segurança dentro da escola, mas, quando o nosso estudante sai da escola, ele é assaltado.

Então, é esta escola que queremos: com a diversidade, com a democracia, com o pluralismo. Não queremos a escola militarizada. Queremos a escola pública com a nossa cara, com a nossa diversidade, com a nossa cor, com a nossa alegria. É essa escola que queremos e sempre vamos defender enquanto Sinpro, enquanto CNTE, falando contra a militarização das escolas.

Um grande abraço a todos, todas e todes. Deputado, parabéns. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Berenice.

Neste momento, concedo a palavra ao Victor. Logo após a sua fala, usará da palavra a Letícia Resende, presidente da UESDF.

Enquanto Victor se prepara, farei a leitura de mais um comentário importante que foi feito pela Joana: "Escola cívico-militar não é a escola Colégio Militar". Elas são diferentes. Já falamos um pouco disso. Têm naturezas diferentes. Estamos tratando das escolas cívico-militares.

Só para dialogar com a Berenice, quanto à ordem unida, vou fazer uma referência a um poeta que gosto muito, um paranaense, o Paulo Leminski. O Paulo Leminski escreveu um livro que era quase uma convocação para a poesia e para a cultura chamado *Distraídos Venceremos*. Vou adaptar para a escola, para a educação, nessa ideia da ordem unida, de uma coisa só, de uma unidade só.

A escola é o espaço onde distraídos venceremos, para rejeitar esses modelos, esses padrões pré-determinados. É o espaço da desorganização, muitas vezes da desorganização organizada. A escola é isso e quem está lá na frente sabe que esses processos são fundamentais para os diferentes processos de aprendizado, que são desiguais em cada pessoa.

Enfim, contra a ordem unida, como Paulo Leminski falava, Berenice, distraídos e distraídas venceremos.

Neste momento, concedo a palavra ao Victor.

VICTOR BERNARDES – Boa noite a todos, todas e todes. Eu me chamo Victor Bernardes, sou professor de educação física da Secretaria de Educação e, atualmente, estou afastado para estudos, fazendo doutorado em educação física na UnB. Minha pesquisa é justamente sobre a educação física nas escolas militarizadas.

Sobre isso, eu gostaria de chamar a atenção para 2 aspectos. O primeiro diz respeito às olimpíadas das escolas cívico-militares ou das escolas militarizadas. A primeira edição desses jogos ocorreu em outubro deste ano. No entanto, é interessante notar que no *site* da Secretaria de Educação, ou mesmo da Secretaria de Segurança Pública, não encontramos muitos dados sobre o regulamento dessa competição, nem sobre o projeto pedagógico dessa competição.

Então, fica um questionamento: por que não publicizar esses documentos, se é que eles existem? Principalmente, por que existe uma competição específica para as escolas cívico-militares? O primeiro questionamento seria em relação a isso. O segundo diz respeito à Portaria Conjunta nº 22/2020, que regulamentou o processo de militarização das escolas do Distrito Federal.

Vou pedir licença para ler um trecho que trata das atividades extracurriculares. No seu art. 14, está consignado o seguinte: “As Escolas de Gestão Compartilhada, deverão obedecer às Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, acrescidas de atividades inerentes à cultura cívico-militar, tais como ética e cidadania, ordem unida, banda de música, musicalização, esportes e teatro [...]”

Eu queria chamar a atenção para outro documento, que tem centralidade na Secretaria de Educação, que é o Currículo em Movimento. Acerca da educação integral e das atividades chamadas extracurriculares, veja o que o documento orientador da rede diz: “A concepção de educação integral assumida neste Currículo pressupõe que todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares. Diferentes atividades – esportivas e de lazer, culturais, artísticas, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras – não são consideradas extracurriculares ou extraclasse, pois fazem parte de um projeto curricular integrado que oferece oportunidades para aprendizagens significativas e prazerosas. Há um conjunto de conhecimentos sistematizados e organizados no currículo escolar e também práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que conformam a base da vida cotidiana e que, somados ao saber acadêmico, constituem o currículo necessário à vida em sociedade.”

Por que chamo a atenção a isso? O que pode parecer um atropelo, uma falta de articulação entre um documento e outro, pode indicar, talvez, um desvio de função dos militares que atuam nas escolas cívico-militares.

O que eles querem dizer com isso? Que, nessas atividades que erroneamente chamam de extracurriculares – como, por exemplo, nas aulas de esportes, música, arte, teatro – há militares ministrando essas aulas e atividades? O argumento amplamente utilizado não foi o de que não haveria interferência nas atividades pedagógicas da escola e que eles ficariam restritos apenas às questões disciplinares?

Deputado Gabriel Magno, como título de sugestão, já para fazer um encaminhamento, eu sugiro que façamos esses questionamentos, tanto em relação ao orçamento e ao projeto pedagógico das olimpíadas dessas escolas cívico-militares, quanto ao possível desvio de função, perguntando como ocorrem essas atividades que, na portaria conjunta, são chamadas, erroneamente, de extracurriculares.

Para finalizar minha fala, quero me solidarizar com cada estudante que falou aqui hoje. Foram belas falas. Quero dizer que nós, professores da Secretaria de Educação, estamos ao lado de vocês. Foi

muito tocante ouvir os depoimentos.

Quero finalizar com o nosso lema: não é escola, não é quartel, aluno não é soldado e educação não é mercadoria.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito bem.

Obrigado, Victor.

Passo a palavra à Letícia Resende, presidenta da UESDF, a União dos Estudantes Secundaristas, e, logo depois, ao Theo Silva, estudante do CEM 1 do Paranoá.

LETÍCIA RESENDE – Boa tarde a todos os presentes. Eu gostaria de agradecer a cada estudante, a cada pessoa que se encontra presente. Saúdo os estudantes na figura dos diretores da Ubes, o Hugo e a Mariana, e também essas mulheres fortes da mesa assim como as do plenário, que sabem que são protagonistas do dia a dia da educação nas escolas públicas.

Eu gostaria de me apresentar novamente. Eu me chamo Letícia, sou presidente da UESDF e do grêmio estudantil do CEM 1 do Paranoá. Nós, alunos, sabemos da importância de ter uma educação sem opressão e sabemos que as escolas cívico-militares inibem a criatividade e o pensamento crítico, fazendo com que os alunos tenham medo de questionar e debater em razão das punições. Muitas vezes são punidos por questionarem o porquê de não poderem usar um corte de cabelo ou uma vestimenta com a qual se sentem mais confortáveis. Por experiência própria, sei que nenhuma vestimenta vai impedir o aluno de estudar ou de estar em uma sala de aula.

Eu fui aluna de uma escola cívico-militar e sei da opressão e da forma grosseira como eles nos tratam. Eu vou contar uma experiência minha. Eu havia raspado as laterais do meu cabelo e eles simplesmente falaram que eu não poderia mais estar presente na escola, sendo que eu já estava dentro dela. Eles me falaram: “Você não vai poder entrar na escola”. Eu falei: “Mas eu estou na escola; como vocês vão me tirar de dentro de uma escola que, por direito, é minha?” Eu acho isso de extrema arrogância por parte de todos os militares.

Esse é o meu depoimento, mas recebemos relatos de vários outros estudantes de outras escolas, o CED 3 de Sobradinho é uma delas. No mês passado, os alunos tiveram uma atividade atípica em que os bombeiros haviam deixado eles usarem vestimentas diferentes. Mas os alunos não puderam entrar na escola. Muitos ficaram sem comer, tiveram que ligar para os pais irem buscá-los porque estavam em horário de aula e muitos deles iam embora de van.

A escola é o nosso primeiro meio de ver a sociedade como um todo e ver pessoas diferentes, ter nosso primeiro contato e saber quem somos. Enfim, a saúde mental dos alunos também é bastante prejudicada.

As nossas escolas não são quartéis e precisamos mudar isso.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Letícia.

Concedo a palavra ao Theo, estudante do CEM 1 do Paranoá, e, em seguida, ao Cesar de Paula, professor do CEM 3 de Taguatinga.

THEO SILVA – Boa tarde a todos os presentes. Meu nome é Theo e sou um garoto trans. Eu sou do CEM 1 e faço parte do grêmio estudantil, juntamente com algumas pessoas. Nós viemos discutir e debater sobre algumas questões.

Achei de extrema importância apresentar alguns exemplos. Vou citar o exemplo do CEF 1 do Paranoá, única escola que conheço e com a qual eu tenho contato direto; é uma escola militarizada pelos bombeiros. Uma das minhas amigas passou por uma situação de assédio, tanto por um bombeiro quanto por um aluno. Ela fez a denúncia e nada foi resolvido porque, segundo eles, não havia prova suficiente. Ela teve de raspar a cabeça por questões de saúde e eles falaram que, se ela não deixasse o cabelo crescer, ela não seria mais aceita na escola. Ela levantou outras questões, como o uso de brincos e o uso de casaco sobre o uniforme, o que também não era permitido, entre outras coisas.

Gostaria de acrescentar informações sobre a alimentação nas nossas escolas. No CEM 1, onde estudo, a alimentação tem sido bastante precária. Por exemplo, ontem o lanche foi pão com atum, e essa refeição sempre se repete. Sou alérgico a peixe e já informei isso. Nos últimos 2 meses, o lanche foi pão com atum repetidamente. Ou era pão com atum, ou era comida com atum. Não sou somente eu que sou alérgico a peixe, há outros alunos. Em alguns dias, como terça e quinta, saio do CIL e vou

direto para a escola e não consigo levar marmita nem nada do tipo. Nesses dias eu passo o dia inteiro com fome na escola, porque, como disse, sou alérgico.

Gostaria de dizer que a militarização destrói a nossa escola e o nosso estudo. Nós somos alunos, não somos capachos do sistema. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Theo.

Acredito que o Brasil e a nossa cidade seriam muito melhores se nossos estudantes fossem mais ouvidos, não é, Hugo? Vamos pensar juntos e fazer mais um encaminhamento para manter essa comissão sempre com vocês presentes.

Vou passar a palavra ao Cesar de Paula e depois à Izabella Maia, presidenta do grêmio do CEM Paulo Freire.

Concedo a palavra ao Cesar Ricardo de Paula.

CESAR RICARDO DE PAULA – “Dizem que ela existe para ajudar. Dizem que ela existe para proteger. Eu sei que ela pode te parar. Eu sei que ela pode te prender. Dizem para você obedecer. Dizem para você responder. Dizem para você cooperar. Dizem para você respeitar. Polícia para quem precisa. Polícia para quem precisa de polícia”.

A militarização das escolas anda de mãos dadas com um projeto de neoteocratização (*sic*) do espaço escolar. A neoteocratização (*sic*) do espaço laico é um debate que deve ser colocado, prezado deputado Gabriel Magno, porque ela inibe e agride a diversidade religiosa. O Estado é laico exatamente para garantir a liberdade de diversidade religiosa.

Este é um projeto de uma escola com partido. A militarização das escolas e a neoteocratização (*sic*) são projetos de uma escola com partido, que, de maneira hipócrita, chamam de escola sem partido, achando que não entendemos o propósito por trás dessa jogada na hermenêutica. Trata-se de uma escola reacionária onde os afetos e o pensamento crítico são proibidos.

Eu sou o professor de filosofia Cesar de Paula, com 27 anos de experiência na sala de aula, e atualmente formando-me em música pela UnB. Sempre busquei oferecer meu trabalho para que os meus alunos tivessem a liberdade de desenvolver o pensamento crítico.

Levei um projeto de música e arte ao CED 1 da Estrutural, que conta com 2 escolas: o CEF e o CED. Esse projeto chamado Itinerância Musical foi desenvolvido antes da implementação do projeto de militarização nas escolas. A crise da educação não é uma crise, é um projeto, como bem dizia Darcy Ribeiro.

O governo Ibaneis e a secretária criam problemas para depois venderem soluções fáceis. E a solução fácil, que não é solução, é a venda de escolas militarizadas, que já foi muito bem colocada pela mesa e por todos que me antecederam. A ideia de vender uma escola militarizada é fácil para o senso comum aceitar, pois não afeta e não trabalha com as questões mais profundas – também já mencionadas. Os problemas são muitos: a precarização da educação pública, a uberização do trabalho, a falta de professores efetivos, o novo ensino médio que sabemos já ser velho, a desvalorização do professor.

É nítida e notória a incompetência dos militares para lidar com a educação. Constantemente, vemos o abuso de autoridade e o abuso de poder por parte dos militares.

Como podemos falar de um policial, sendo que o próprio sistema policial é repressor e que o policial também está adoecido? Eles não cuidam nem de si mesmos nem da própria função, para a qual têm demonstrado incompetência, como vão lidar com uma área que não lhes pertence como é o caso da educação? O lugar de policial é fora das escolas.

Quem policia a polícia? Quem entende e vivencia a educação é o professor e a professora. Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Cesar. Queríamos escolas culturais – não é, Cesar? – com professores de música, de arte, de teatro, de dança, enfim, de tudo; com espaços culturais nas cidades, nas escolas, auditórios, instrumentos musicais para que o povo pudesse tocar à vontade e se apresentar à vontade. Quem dera se houvesse mais escolas parques.

Você falou do Darcy Ribeiro, eu complemento sua fala citando o projeto de educação do Distrito Federal, pensado junto com Anísio Teixeira. Era para haver escola parque em todos os lugares, com o intuito de ser uma escola das artes, da cultura, do esporte, do lazer, dos direitos, enfim.

Esse seria o modelo ideal, ou talvez o mais próximo de um modelo melhor, que está na origem da nossa cidade. Por que não mais escolas parques e menos escolas militares?

Passo a palavra à Izabella, presidenta do grêmio. Passo a palavra, na sequência, à Letícia Montandon, diretora do Sinpro.

Estamos nos encaminhando já para o final deste evento.

IZABELLA MAIA – Boa tarde a todos os presentes. Meu nome é Izabella Maia, eu sou a atual vice-presidente da UESDF, presidenta do Grêmio Marielle Franco, do Centro de Ensino Médio Paulo Freire.

Sabemos que as escolas cívico-militares são um retrocesso para a educação pública do Distrito Federal, porque elas transformam espaços de aprendizado em ambientes de repressão, de militarização. O governo Ibaneis Rocha, que, em tese, deveria priorizar uma educação de qualidade para todos, escolheu realizar ações que excluem, segregam e reprimem.

Quando falamos de escolas cívico-militares, lembramos que o governo Ibaneis apoia esse modelo e insiste nele. Nós, como estudantes e jovens, não podemos nos calar diante dessa tentativa de silenciar as nossas vozes na educação.

É por isso que temos que resistir e lutar por uma educação pública de qualidade, igual para todo mundo, para que se formem cidadãos criativos, críticos e conscientes do papel deles na construção da sociedade.

Eu, como presidente de grêmio, fico muito feliz em dizer que a nossa gestão construiu algo que nunca foi visto na escola Paulo Freire. Infelizmente, alunos de escolas cívico-militares não têm essa oportunidade, porque lá não há a opção de haver um grêmio.

Cabe um questionamento para a Secretaria de Educação: Por que, em vez de incentivar e investir em escolas cívico-militares, não investem em criações de grêmios? Nós precisamos disso no Distrito Federal. É algo que é muito difícil hoje, em várias escolas.

A minha fala foi um pouquinho rápida. Eu gostaria de finalizar dizendo que nós não somos um caso de polícia.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito bem, Izabella. Combinou muito com você esse plenário.

Concedo a palavra à Letícia Montandon. Faltam falar, além dela, mais 3 inscritos: o Guilherme Paladini, diretor de políticas educacionais da UNE, União Nacional de Estudantes; o Roy, do Grêmio Marielle Franco, também do CEM Paulo Freire; e o Rafael Martins, estudante do CEM 1 do Gama.

Fica registrada a ordem das últimas falas.

LETÍCIA MONTANDON – Boa tarde, pessoal. Eu vou falar bem rapidinho. Na verdade, eu estava pensando em me inscrever para falar um pouquinho sobre a experiência que tivemos no processo de militarização das escolas e no combate que fizemos no Gisno. Eu pensei e acabei colocando o meu nome para você anunciar, deputado Gabriel Magno. (Risos.) Mas, vamos lá, vamos falar um pouquinho sobre isso.

Eu não sei se o professor André da Mata está por aqui ainda. Eu o havia convidado.

O Gisno foi um exemplo. Foi a única escola em que nós fizemos o combate e conseguimos barrar a militarização. Na ocasião, inclusive, o secretário caiu e fizeram à revelia. Aconteceram esses 2 episódios.

Eu concordo bastante com a fala da Joana, pois há essa questão, mesmo. Lá no Gisno, realmente havia uma gestão que não queria a militarização.

Na época, nós fizemos, se eu não me engano, 3 audiências, sendo que participamos de 2. De uma delas, nós fomos impedidos de participar. O processo de votação, naquela ocasião, durou até as 4 horas da manhã, basicamente. Nós estivemos lá até esse horário, para garantir que ele acontecesse.

A grosso modo, a militarização, no Gisno, não passou pela força dos estudantes. Os estudantes foram decisivos no processo. Em massa, votaram contra.

Porém, aconteceu uma coisa interessante, deputado. A gestão não conseguiu reeleger o grupo que eles queriam, para vocês terem ideia do quanto isso é complexo. Havia, ali, uma comunidade que

também estava balanceada. O processo inteiro, só para resumir, não foi fácil.

Havia um grupo específico – por isso, eu citei aqui o professor André –, que foi o noturno. O que acontecia no Gisno? Lá, há o noturno. A militarização não combina com a EJA, não dialoga com ela. Ali, realmente, nós fizemos uma resistência muito importante e significativa nesse processo e conseguimos, naquele momento, fazer não acontecer a militarização. Realmente, foi muito difícil, não foi fácil. Precisamos contar com essa força-tarefa.

Hoje, o que acontece? Hoje, nós estamos vendo o avanço da militarização. Ainda não conseguimos diminuí-la. Ainda estamos vendo escolas sendo militarizadas. Por isso é tão importante este debate proposto aqui.

Nós precisamos construir essa força-tarefa que foi construída no Gisno, com essas mesmas condições, e hoje não há mais essas condições. Não existe mais o debate, não é proporcionado o amplo debate. Tudo é imposto de uma forma que não nos dá direito, inclusive, ao contraditório. Só é colocado ali o processo de militarização e pronto. Acontece e passa.

Era, basicamente, isso que eu queria falar.

Quero agradecer a todos este debate. Ele é muito importante para nós.

Parabenizo todos pelas falas, que nos representam muito bem.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Letícia.

Passaremos a palavra, agora, ao Guilherme e, logo após, ao Roy.

Pode falar daí ou daqui, como achar melhor. É sempre bom usar a tribuna.

GUILHERME PALADINI – Boa noite. Primeiramente, quero agradecer à Mesa, na pessoa do deputado Gabriel Magno.

Vou me apresentar. Meu nome é Guilherme Paladini, eu sou diretor de políticas educacionais da UNE e, apesar de não ser mais secundarista há um tempo, eu acho que, como diretor de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes, deveria vir aqui fazer esta fala, porque isso é uma política educacional. É fundamental pensar e discutir as escolas cívico-militares e qual o impacto que elas causam na vida desses jovens que fizeram excelentes relatos hoje.

Eu me formei em escola pública, antes da reforma do ensino médio. Eu queria mandar uma mensagem para a secretária sobre aquela triste fala dela. Eu me formei em escola pública, secretária, e eu não me tornei bandido. Pelo contrário, hoje eu sou diretor de Políticas Educacionais da UNE, a maior organização de estudantes. Eu sou pesquisador acadêmico também. Tenho já 2 pesquisas publicadas pela minha faculdade. Uma delas, inclusive, fala sobre educação. Eu cito o nosso pátrio educador Paulo Freire. Ele diz, diversas vezes, que educação tem que ser pensada na realidade dos alunos. A educação tem que ser pensada para quem está sendo feita. A educação tem que ser pensada nas comunidades e nos centros comunitários.

Eu vim de uma escola que, para mim, foi muito boa. A minha escola de formação do ensino médio era pública e nunca foi militarizada durante a época em que eu estive lá. Hoje em dia, infelizmente, não tenho muito mais contato, mas acredito que ela ainda não tenha sido militarizada.

Quando eu entrei, havia um problema muito grave com venda de drogas na porta da escola e na própria escola. Atrás dela, havia um campo, um lago, e algumas pessoas da comunidade atravessavam esse lago e vendiam drogas na porta da escola. Uma das coisas que foi feita para reformar a escola não foi a sua militarização, mas campanhas dos próprios professores e educadores da escola, da direção da escola, para se colocarem matérias, para se colocar cultura, para que os próprios alunos fizessem diversas atividades.

Uma dessas atividades de que eu participei foi a criação de uma horta comunitária na escola. Antes de eu sair, essa horta fornecia toda a refeição para a própria escola e também para as comunidades a sua volta.

Então, há, sim, outras maneiras de se educar e outras maneiras de se tirar essa parte da criminalidade dentro da escola que não a militarização. Se conseguirmos debater isso muito bem com a sociedade, vamos ver que muitas outras maneiras são infinitamente melhores, porque, como eu disse, a escola tem que ser pensada para os alunos e para a comunidade em torno dos alunos.

É assim que termino a minha fala.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Guilherme.

Concedo a palavra ao Roy, integrante do Grêmio Marielle Franco, do CEM Paulo Freire. Depois passarei a palavra ao Rafael, do CEM 1 do Gama. Por último, à Izabelle, estudante do CG do Guará.

ROY FONSECA – Eu queria, primeiro, me apresentar. Sou Roy, uma pessoa transmasculina. Sou do Grêmio Marielle Franco e sou militante pelo Coletivo Juntos.

A pauta aqui é a militarização das escolas. Como mencionado pelos componentes da mesa, perguntou-se muito qual o objetivo da militarização das escolas. Consigo responder a essa pergunta: o objetivo é a higienização dos letrados. Entenderam?

Vemos a questão de higienização, mesmo na fala da amiga, quando ela disse que forçam pessoas de cabelo crespo a amarrarem seus cabelos. Sabemos que essa é uma forma de se higienizarem os traços dessa pessoa, a raiz dessa pessoa. Cortar o cabelo de uma pessoa transfeminina é um meio de higienizar o corpo dissidente dessa pessoa e de lhe tirar o direito à individualidade. Isso é um crime.

No Grêmio Marielle Franco, conseguimos entrar em contato com outros grêmios e recebemos denúncias de que, em outras escolas que também não são militarizadas, há policiais entrando, tomando café nas salas de professores, sem vigência (*sic*) dos alunos, sem se explicar aos alunos por que há polícia militar na escola. Não é o Batalhão Escolar nem qualquer outro tipo de polícia; é a polícia militar uniformizada dentro das escolas, passando dentro da sala dos professores.

Isso é um absurdo! Já é um absurdo entrar polícia dentro da escola. Nem se trata do Batalhão Escolar, com o qual nos sentimos, pelo menos, mais respeitados, pois acreditamos ser mais legalizado e ser mais responsável conosco. Mas não é o Batalhão Escolar.

A luta dos estudantes tem que ser por uma educação acessível, por uma educação feita pela periferia para a periferia.

Hoje é o aniversário de Engels, que faria 240 anos. Ele lutava pelas questões e pautas sociais.

É por isto que temos que continuar lutando: pelas pautas sociais, por escola com educação antirracista, por educação acessível, por educação ecológica – o amigo falou da horta comunitária – e mais que emancipadora: educação transformadora, como Paulo Freire falava.

Essa é a minha fala. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Roy.

Passo a palavra ao Rafael, do CEM 1 do Gama. Depois passarei a palavra à Izabelle, do CG do Guará.

RAFAEL MARTINS – Olá, boa tarde a todos.

Eu sou Rafael, representante do Grêmio do CEM 1 do Gama e, também, sou do Coletivo Paratodos.

Desde cedo, sempre tive um incentivo muito forte na educação. Meus pais são professores, educadores do ensino público. Então, sempre houve esta questão em casa: ter ensino, ter cultura e ter essa proximidade.

Hoje, falo com orgulho que estudo numa escola que não é cívico-militar. Temos oportunidade de ter cultura dentro da escola, projetos de teatro, debates e projetos que nos trouxeram a esta casa. Isso é extremamente importante e gratificante, porque me faz cada dia mais querer estar dentro de uma sala de aula, querer assistir a uma aula, querer estar presente com professores que realmente prezam pelo ensino.

Quando entramos na escola e vemos militares tomando esse local, é triste, é extremamente depreciativo, porque a escola não é um local de opressão. Ela é um local de liberdade, um local para ser quem você é e para aprender. Se a escola servisse apenas para aprendizado de conteúdo, não haveria escola, haveria *homeschooling* ou outro tipo de ensino. A escola é um ambiente que, além de ensinar o conteúdo, ensina como ser um cidadão, como ser uma pessoa. Esse é o papel dela.

Quando se corta a liberdade de um professor de trabalhar em sala de aula, o aluno perde grande parte da carga social que deveria estar aprendendo. Ele não aprende, de fato, como ser um ser humano. Essa é a tristeza de uma escola cívico-militar.

A população, às vezes, nem defende essa iniciativa. Ela quer a segurança, quer que seu filho não esteja envolvido com drogas, quer que seu filho esteja seguro e chegue bem à sua casa. Todas as mães querem isso, querem que seu filho chegue bem à sua casa e muitas pessoas trans não têm essa oportunidade.

Muitas pessoas trans conseguiram falar aqui hoje. Como mais uma delas, digo que nossa expectativa de vida, neste país, é de 35 anos. Como a maioria dos pais dessas pessoas, os meus pais têm medo de que eu não chegue à minha casa, de que eu seja agredido na rua, de que eu sofra. Mas, pelo menos dentro da escola – não na cívico-militar, mas naquela em que eu estudo –, tenho segurança para ser quem sou, para exercer minha vivência e também para aprender, o que é o mais importante. É sobre isso, sobre termos essa vivência de aprendizado, termos o espaço para ser quem somos e para ver nossa cultura. Se em uma escola não existe cultura, não há aprendizado, não há vivência social. Isso é muito importante.

A pessoa que está numa situação de periferia precisa do estudo, porque, se ela não tem acesso ao estudo, não consegue entender o que está acontecendo na própria sociedade, no próprio governo. É necessário não só passar para as pessoas o conhecimento, o aprendizado do que está no papel, mas também ensiná-las a serem cidadãs.

Eu gostaria de encerrar minha fala aqui. Muito obrigado a todos. Obrigado ao deputado por ter nos dado este espaço de fala. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito obrigado, Rafael. Que aula vocês nos deram hoje! Na verdade, faço uma autocrítica. Na próxima, vocês participarão da mesa e nós vamos para lá. Que aula!

Para encerrar, passo a palavra para a Izabelle, estudante do Guará.

IZABELLE LIMA – Olá, boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar a mesa. Eu estudo no CED 1 do Guará. Eu me chamo Izabelle Lima, tenho 17 anos, sou militante da JPT e do Coletivo Paratodos.

Como já foi dito várias vezes aqui, as escolas cívico-militares são um atraso para a nossa educação. Por quê? Porque a escola deve ser um lugar de segurança, onde aprendemos a nos portar e a nos relacionar com outras pessoas. É muito prejudicial para nós, estudantes, a presença de policiais invadindo nosso espaço, de pessoas dizendo o que devemos ou não fazer. É certo que devemos ter disciplina – isso é óbvio! –, mas acredito que não seja um policial dentro da escola quem deva ensinar isso para nós. Acredito que temos, sim, professores capacitados para isso, pessoas que estudaram e se formaram, que estudaram muito para exercer essa função.

Falo com toda a convicção do mundo: a escola cívico-militar é um atraso na nossa educação. Como estudante, digo que o maior desejo de todas as pessoas que falaram aqui, que sofreram com a escola cívico-militar ou que veem pessoas sofrendo é que isso acabe. Eu queria muito que fosse mais fácil, e é por isso que lutamos todos os dias.

Concluo minha fala dizendo que espero muito que, com as nossas lutas, isso acabe.

É isso, gente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito bem, Izabelle, do CED 1 do Guará. Obrigado pela sua fala.

Pessoal, vamos encerrar e combinar alguns encaminhamentos. Antes, quero, novamente, repetir como foi bom estar aqui como vocês e ouvi-los.

Gostaria de responder ao Dirceu, que está no *chat*.

Dirceu, nós chamamos e convidamos as escolas militarizadas e a Secretaria de Educação. Veio quem quis participar. É um espaço democrático. Todos que quiseram falar tiveram a palavra.

Ele está insistindo porque somente ouviu as falas contra as escolas militarizadas. O espaço continua aberto para outros posicionamentos. No final, ele comenta – e vou concordar com ele em uma parte e discordar de outra: “Falam tão mal dos militares, mas, quando acontece um assalto ou crime, quem vocês chamam? A polícia”.

Exatamente. Não somos contra os militares. O debate não é sobre ser a favor ou contra os militares. O debate não é esse, mas sobre o papel de cada um. E você está certo ao dizer que o papel da polícia é prevenir crimes e garantir a segurança pública.

Obviamente, também sabemos que a formação precisa melhorar, que os excessos acontecem e

não são casos pontuais, não são casos isolados. Há vários casos de excessos que acontecem, sobretudo, contra pessoas LGBTQIA+, contra negros e negras, moradores da periferia. Falamos sobre isso.

Este é o papel da polícia: cuidar da segurança pública. E o cidadão e a cidadã, quando se sentem ameaçados, do ponto da segurança pública, precisam buscar a polícia. Se houve um crime, ninguém liga para o professor. Ainda bem. Apesar de que a Secretaria de Educação agora quer inverter essa responsabilidade. Quer que o professor comece a revistar o estudante na escola.

Todavia, Dirceu, na escola, cuidar da educação é papel do professor, da professora, do orientador educacional, dos pedagogos, de uma série de profissionais que já falamos várias e várias vezes.

Obrigado, Dirceu, pela contribuição no nosso *chat*, termino concordando com você.

ROSILENE CORRÊA LIMA – Nada é por acaso, como o professor Cesar fala sobre o projeto e quando eu também falo da sociedade que queremos. Nunca foi muito legal ser professor no Brasil, mas não é por acaso que, de uns tempos para cá, há um trabalho sendo feito para desgastar a imagem do professor.

Nós estamos numa situação forjada em que a nossa credibilidade é afetada. Aí fica muito fácil! E a polícia torna-se a solução para as escolas? A família acredita mais no poder da polícia dentro da escola que no de um professor? Isso é plantado – não é, deputado Gabriel Magno? Isso é trabalhado diariamente e é um negócio enorme! É algo realizado pela imprensa, pelos partidos. É essa lógica fundamentalista que está posta, com o debate da Escola sem Partido, de *homeschooling*. É tudo um pacote, nada é isolado.

Essa militarização das nossas escolas não é uma questão isolada. Ela faz parte desse pacote, assim como a privatização. Nós precisamos de mais tempo depois para falar sobre isso, porque há muito mais coisas.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Exatamente. Eu quero, então, combinar 4 encaminhamentos.

Em relação a um deles, que o professor Victor apresentou, faremos um requerimento por meio da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta casa, no qual serão questionados todos os itens que você apresentou sobre as Olimpíadas, desde o papel até os gastos, para termos essas respostas e mais transparência sobre esse processo. A partir daí, veremos como atuar.

O segundo encaminhamento – mais uma vez, avaliaremos depois o melhor instrumento, Márcia, se é um ofício ou um requerimento – é manter esse diálogo com o Ministério Público do Distrito Federal, que inclusive tem recomendado que, antes de ampliar o modelo, a Secretaria de Educação precisa apresentar resultados. O que nós estamos vendo é o contrário: está se ampliando esse modelo, conforme a fala da secretária hoje, e eles não apresentam os resultados. Então, vamos realizar essa provocação ao Ministério Público – vou chamar assim, depois verificaremos o melhor instrumento.

Porém, como encaminhamento, solicitaremos que aquele órgão também possa atuar – e tem atuado, o que é importante –, nesse sentido. Cobraremos juntos os resultados que esse modelo tem apresentado, os dados a que nós temos acesso. Os que nós apresentamos aqui hoje não nos mostram que esses resultados são justificáveis para uma ampliação desse modelo.

Obviamente, faremos também um requerimento de informação com o pedido desses dados para a Secretaria de Educação, porque até hoje, infelizmente, nós não temos acesso a eles. A Secretaria de Educação não apresenta o resultado pedagógico, o resultado, inclusive, disciplinar. Ela não consegue apresentar um estudo minimamente significativo sobre o desempenho e os resultados desse modelo das escolas.

O quarto encaminhamento refere-se ao debate mais geral do orçamento, o compromisso que nós também firmamos aqui nesta comissão geral sobre o debate do orçamento da educação, que para nós é o centro desses ataques, dessa diminuição, da garantia e do cronograma, Márcia, das nomeações. Nós conseguimos colocar na LDO do ano que vem, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais de 11 mil nomeações na educação, da carreira magistério, da carreira PPGE. Então, que se apresente um cronograma para isso, para estrutura das escolas, construção de novas escolas.

A Secretaria de Educação hoje está sem contrato de manutenção para minimamente oferecer condições básicas para as escolas no Distrito Federal. Como foi falado aqui, queremos escolas com laboratórios, com refeitório, com biblioteca, com um monte de coisa que não há, e essa é uma responsabilidade da Secretaria de Educação.

Um quinto encaminhamento, de que eu me lembrei, trago como uma convocação. O Sinpro tem acompanhado, por meio do Fórum Distrital de Educação, 2 espaços de debate. Encerro esta comissão geral, fazendo esta convocação. No ano que vem, nesta casa, faremos o debate de 2 alterações legislativas importantes.

Uma é a da Lei da Gestão Democrática. O Sinpro tem participado, nos debates com a Secretaria de Educação, da construção de uma minuta de alteração e de atualização da Lei da Gestão Democrática. Vamos fazer esse debate, que é fundamental. O modelo que tratamos aqui viola muitas normas da gestão democrática atual, mas é fundamental para pensarmos o modelo de escola que queremos.

Debateremos também o novo Plano Distrital de Educação. Provavelmente, no ano que vem e no próximo, esse debate passará por aqui. O governo encaminhará para cá o novo plano. Assim esperamos. Estamos cobrando a construção de audiências públicas.

Coloco esses 2 encaminhamentos que são importantes e dialogam não só com este recorte específico, mas com a amplitude das coisas que nós dissemos aqui. Podemos combinar esses encaminhamentos?

Mais uma vez, faço o reforço do que já tenho anunciado. No ano que vem, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta casa passará a ser Comissão de Educação e Cultura. Ela continuará aberta para escolas, professores, profissionais, estudantes e comunidade escolar. Temos recebido denúncias de violações de direitos que acontecem nessas escolas. Temos tratado, encaminhado e levado todas essas denúncias aos órgãos de controle e aos órgãos competentes. Algumas denúncias levamos à própria Polícia Civil do Distrito Federal.

Então, continua aberto este reforço: qualquer pessoa dentro da escola pode contar com a Comissão de Educação e Cultura desta casa de leis, para cumprir o seu papel constitucional de fiscalização, controle e acompanhamento.

Quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos e todas vocês nesta comissão geral.

Agradeço a todos que permitiram que fizéssemos esta comissão geral: aos servidores do Cerimonial desta casa, Carol e Rodrigo; ao Rafael, ao Pires e à Cristiane da Polícia Legislativa; ao Marinho do Setor de Apoio ao Plenário; à Rose e à Sara da copa, que nos serviram água e café; a toda a equipe da TV Câmara Distrital e às taquígrafas e aos taquígrafos que fazem o trabalho importantíssimo de registrar tudo que falamos aqui. Não perdemos nada. Isso é importante para a memória e para a democracia. Agradeço à minha turma do gabinete e da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Boa noite. Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem, às 18 horas e 39 minutos.

(Levanta-se a sessão às 18h39min.)

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU – Advocacia-Geral da União
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CadÚnico – Cadastro Único
Caseb – Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília
CCMDF – Colégio Cívico-Militar do Distrito Federal
CED – Centro Educacional
CEF – Centro de Ensino Fundamental
CEM – Centro de Ensino Médio
CEM G – Centro de Ensino Médio do Gama
CEMI – Centro de Ensino Médio Integrado
Cepi – Centro de Educação da Primeira Infância
CIL – Centro Interescolar de Línguas
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA – Educação de Jovens e Adultos
GDF – Governo do Distrito Federal
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
JPT – Secretaria Nacional de Juventude do PT
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MEC – Ministério da Educação
PAS – Programa de Avaliação Seriada
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional
Proeduc – Promotória de Justiça de Defesa da Educação
Sinpro – Sindicato dos Professores
Sinpro-DF – Sindicato dos Professores no Distrito Federal
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UESDF – União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 29/11/2024, às 14:57, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **1933881** Código CRC: **F6CD680B**.